

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Cristiane Knijnik

OFICINAR

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Oliveira Moraes

Niterói, agosto de 2015

OFICINAR

Cristiane Knijnik

Orientadora: Professora Doutora Marcia Oliveira Moraes

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Psicologia do Programa Estudos da Subjetividade, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Niterói, agosto 2015

Ficha catalográfica

OFICINAR

Cristiane Knijnik

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Psicologia do Programa Estudos da Subjetividade, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Niterói, 20 de agosto 2015

Banca Examinadora

Professora e orientadora: Marcia Oliveira Moraes, dra.

(Universidade Federal Fluminense)

Professor: Eduardo Henrique Passos, dr.

(Universidade Federal Fluminense)

Professor: Luis Antonio Baptista, dr.

(Universidade Federal Fluminense)

Professora: Analice de Lima Palombini, dra.

(Universidade do Rio Grande do Sul)

Professora: Laura Pozzana, dra.

(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Resumo

Esta tese testemunha um percurso. A pesquisa acontece na travessia entre a oficina enquanto objeto substantivado e o verbo oficiar. Exercício de desfazer as fronteiras que contornam uma experiência delimitando seu acontecer em um espaço/tempo definidos. O esforço desta escrita vai na direção de encontrar uma política narrativa que transite entre temporalidades. Sem confinar a experiência em uma cronologia e ao mesmo tempo construir uma história das modificações que se operam no campo problemático, na pesquisadora e na metodologia. Exercício de deslocalizar a experiência de um estado de coisas e ao mesmo tempo localizá-la em um modo de fazer, um modo de fazer oficineiro. Parte-se de inquietações e questões referentes as práticas realizadas no dispositivo oficina. De que fazer se trata uma oficina? O que faz de um dispositivo coletivo uma oficina? Porque temos utilizado essa ferramenta? Sem buscar constituir uma definição última para a heterogeneidade de fazeres que se dizem oficinas ou produzir um manual “como fazer uma oficina” pretendemos extrair das oficinas o verbo, certas modalidades de ação. Para isso recolhemos restos de experiências, imagens, cenas onde pudemos conjugar o verbo oficiar. Oficiar, verbo no infinitivo indica-nos sua abertura para ser conjugado no fazer local de seus usuários.

Palavras-chave: oficiar; restos; experiência.

Abstract

This thesis witnesses a trajectory. The research happens in the passage between the workshop as a noun and the verb to workshop. An exercise of undoing the borders which surround an experience, circumscribing its happening within a defined space/time. The efforts of this writing aim to meet a narrative that moves through temporalities. Without confining the experience chronologically and at the same time constructing a story of the changes which happen in the problematic field, in the researcher and in the methodology. An exercise of unsettling the experience from a state of affairs and at the same time locate it in a way of doing, in a workshopper doing. We start from issues concerning practices performed at the workshop dispositif. What practice is the workshop about? What makes a collective dispositif a workshop? Why have we used this tool? Without searching to constitute a final definition to the heterogeneity of the doings which is called workshop or to produce a manual as "how to do a workshop", we aim to extract from the workshops the verb, certain modalities of action. To do so, we have gathered the leftovers from experiences, images, scenes where we were able to conjugate the verb to workshop. To workshop, verb in the infinitive, points to its openness to be conjugated in the doing of the local users.

Keywords: to workshop; leftovers; experience.

Gracias!

Professora Marcia Moraes, orientadora desta tese, pela prática feminina de pesquisar *com*, por sua presença cúmplice, por acompanhar e testemunhar este processo.

Professor Luis Antonio Baptista por ensinar e fazer pensar.

Professor Eduardo Passos pela sempre generosa escuta e aposta compartilhada no coletivo.

Professora Analice Palombini pelo acolhimento em casa, na rua, na escrita, no trabalho, na universidade, na vida.

Professora, amiga e parceira de experimentações Laura Pozzana por mais esta que fazemos juntas.

Professor e amigo Danichi pela disponibilidade, leitura cuidadosa e precisa quando eu mais precisava.

Professora Alexandra Tsallis pelas sugestões precisas e preciosas.

Iazana e Bia que conjugam amizade nos verbos da vida, pedacinhos de Rio na geografia dos afetos.

Cissa pela arte de viver, pela aldeia.

Valéria pelas conversas infinitas, pela partilha do cotidiano.

Tanise pela delicada presença e cumplicidade neste percurso escrito.

Luciana, minha irmã pelo circo quando é tudo deserto.

Cunhas Felipe pelas boas conversas, pela sua alma que segue no livro um.

Gabi, nossa pequena, pelos melhores abraços, pela generosidade.

Minha mãe que cuida, dá colo e tem sempre uma boa história para contar.

Meu pai, os bons domingos, as deliciosas terças, os bons encontros.

Meu amor, Raphael, pela vida que inventamos a três.

Olivia e Romeo, meus vaga-lumes, pelo eterno presente, pela alegria.

SUMÁRIO

Carta aos leitores.....	10
Carta a banca de qualificação.....	17
PRÓLOGO	
Escrevente.....	21
Curvar-se.....	24
I - OFICINAR A PESQUISA, RECOLHER, TESTEMUNHAR, CORPORIFICAR	
Oficinar conjuga localizar.....	28
Afectar.....	30
Travessia.....	31
Testemunhar.....	36
Oficinar conjuga recolher.....	37
Lampejo.....	40
O que restou da experiência?.....	41
Oficinar conjuga caçar.....	43
Em busca de um “kit de Odores” ou com quantos narizes se faz um pesquisador.....	46
Abrir.....	49
Habitar os mapas: da relação entre pesquisadora e os materiais de pesquisa.....	50
Aparição.....	53
Intermitência.....	54
Água.....	55

II - MÁQUINA POIÉTICA DE RESTOS

Modo Oficineiro.....	56
Oficinar conjuga confiar	
Primeiro tempo: deserto.....	57
Outros tempos: circo.....	59
Poietizar.....	63
Do poiético e do funcional.....	64
estado de confiança.....	69
Lucciola.....	72
Habitar.....	73
Roda.....	74
Oficinar não se explica.....	75
Carta a um aprendiz.....	77
Ilha grande.....	81
Oficinar conjuga olhar.....	82
O que está em jogo nas experimentações sensoriais?.....	82
Lygia Clark e o olhar cego.....	83
A visão e o sensível: uma política perceptiva.....	84
Entre.....	88
Preparar-se para vulnerabilidade.....	89
Referências.....	93

Rio de Janeiro, outubro de 2012

Porto Alegre, maio de 2015

:carta escrita em dois tempos:

Aos leitores

Esta carta surge como possibilidade de situar algumas questões e impasses que vivemos na feitura da pesquisa, bem como, dizer de uma certa política narrativa com a qual o texto a seguir afilia-se. Começarei pela política. Para isso conto a vocês uma pequena história que tem me acompanhado desde quando, no grupo de orientação-estudo lemos conjuntamente o livro "*Clinique de la reconstruction: une expérience avec des réfugiés en ex-Yougoslavie*", mais especificamente os artigos da pesquisadora belga, Vinciane Despret. O livro é fruto do trabalho de avaliação de um programa de assistência psicossocial destinado às famílias de refugiados nos campos da região Splint, na ex Iugoslávia.

Já contei essa história algumas vezes e experimentei incluí-la em distintas partes do texto. Acontece que ela parece não fixar-se a nenhum lugar. Uma história vaga-lume. Lampeja em meio a um capítulo e desaparece. Mas torna a aparecer em outro lugar. Depois some novamente e quando menos espero aí está, uma vez mais.

Estourou a guerra na Bósnia.

Os soldados chegaram.

O som dos tiros e bombas invade a casa.

Uma senhora e seus dois filhos precisam fugir. É noite. Entretanto a escuridão - efeito da falta de energia elétrica provocada pela guerra - não é total.

A única luz é da lua.

Antes de fugir, ela alimenta os bichos, faz os bolinhos fritos preferidos das crianças e recolhe um relógio para acompanhá-los na fuga.

Para que levar um relógio?, pergunta a pesquisadora. Para saber as horas quando a morte chegasse, responde a senhora.

O que restou da guerra? Abandonados o país, a cidade, a casa, os vizinhos, os familiares, os amigos. Vidas expropriadas de suas histórias. Que histórias podem narrar? Feixes de luz ofuscantes são lançados sob o campo de refugiados. Multiplicam-se os projetores. Entre a maquinaria psicopatologizante que costuma diagnosticar refugiados como traumatizados, a ONU com suas campanhas humanitárias de ajuda aos necessitados e as grandes notícias sobre a guerra e a destruição podemos encontrar cacos, restos de histórias que interpelam o já sabido.

A devoradora máquina codificadora nomeia, identifica, esquadrinha: refugiados. Poderá alguma centelha de vida, algum gesto improvável escapar à totalidade que a condição de refugiados pretende encerrar? Condição que a medida que vai recobrando toda existência, iluminando cada gesto, cada palavra com sua claridade, apaga qualquer singularidade. Poderá o gesto que recolhe o tempo escapar da morte que o recobre como trauma? Ao que serve a homogeneização e a individualização que as categorias refugiados/traumatizados performam?

A onda de ajudas humanitárias destinada aos refugiados, aos desabrigados de tantas catástrofes, a mobilização voluntária de tantos homens de bem sempre dispostos a ajudar contribuem para neutralizar o insuportável de tais experiências. Desastres naturalizados são travestidos de naturais. O apelo sempre renovado de unir-se solidariamente e reconstruir vidas sem olhar para trás pretende amenizar a dor e com isso extirpam a vida que resta no agora. Rumo a um futuro melhor o presente inscreve-se em linearidade perdendo sua insuportável intensidade.

Só assim as coisas voltariam a entrar no rumo certo... Rumo no qual cabem as lágrimas dos pobres coitados, vítimas das catástrofes, mas não cabe a fúria de vida da mulher que coloca fraldas para não cessar de escavar a terra e, talvez, conseguir encontrar o vizinho sob os escombros antes de seu último fôlego (RODRIGUES, 2012, p.70).

Como podemos fazer da pesquisa um modo de pensar que no lugar de apressadamente nomear, categorizar, amenizar o insuportável de nosso contemporâneo, saiba suportá-lo? Não pelo elogio a dor, ao sofrimento, mas para sustentar questões inacabadas e avessas ao nosso furor categorizante e totalizante. O que tem a nos dizer esse gesto literário de uma senhora que sabendo que vai morrer, faz os bolinhos preferidos das crianças e carrega um relógio?

Interessa-nos escutar este gesto. Interessa-nos deixá-lo ecoar, neste estranho eco que prolifera distintas vozes e silêncios. Escutar como faz a figura do testemunho proposta por Gagnebin (2006). Deixando de ser aquele que viu com os próprios olhos, testemunha ocular, para ser aquele que

[...] ouve narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente esta retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (Gagnebin, 2006, p. 57).

Essa ampliação conceitual é proposta por Gagnebin como alimento para uma prática de enfrentamento aos perigos advindos tanto da perda de nossa capacidade de narrar (questão que perpassa a obra de Walter Benjamin) quanto da perda de nossa capacidade de escutar. À presença do testemunho contrapõe-se à ausência da escuta, encarnada no personagem que se levanta e vai embora nos sonhos de Primo Levi.¹ Mais do que problematizar a

¹ “ A última figura de narração que gostaria de citar é a do sonho de Primo Levi no campo de Auschwitz, sonho sonhado, descobre ele, por quase todos os seus companheiros a cada noite. Sonha com a volta pra casa, com a felicidade intensa de contar aos próx

irrepresentabilidade da experiência do horror, somos convidados a pensar, a partir do sonho, em uma escuta que suporta àquilo que provavelmente, nunca ficará sossegado em **um** sentido definitivo.

O sonho de Levi e a cena da senhora do campo nos ajuda a apalpar um perigo que sentimos na pele do contemporâneo: a pressa em codificar, seja pela explicação ou representação a dimensão intensiva da vida. De um lado essa pressa pode acarretar na ausência de ouvintes. Sem suportar a temporalidade da gagueira, do silêncio, dos tropeços, das idas e vindas, dos tremores que caracterizam a presença não de um sujeito, de uma história acabada ou de um corpo tranqüilo, mas daquilo que ainda não encontrou nem palavra nem gesto - levantam-se e vão embora. Se esse gesto pode levar com ele a possibilidade de transmissão simbólica, por outro lado, a solidão insuportável que instaura, pode levar ao consumo de códigos, ofertados em especial pela *mass* mídia e pela ampla diagnóstica da vida.

Se o gesto do testemunho não é o de ver com os próprios olhos ou de avaliar moralmente tampouco será o de buscar modelos explicativos. Testemunhar faz-se na presença de um gesto, que possa suportar sem sair, mas que também possa sustentar sem pressa em concluir. Pressa, aqui, não se confunde com alta velocidade. Um gesto apressado também é aquele que não suportando o inconcluso, no lugar de levantar e sair empreende-se na tarefa de explicá-lo. Sem pressa para concluir, testemunhar, não é desejar a eternidade, mas sustentar com o outro o inconcluso para que sentidos possam precipitar como chuva, orvalho, neve ou granizo.

Gestos sobrevivem apesar e com a urgência imposta pela guerra de escapar a morte. Histórias menores interrompem as grandes narrativas oficiais no campo de refugiados e em tantos

imos o horror já passado e ainda vivo e, de repente, percebe com desespero que ninguém o escuta, que os ouvintes se levantam e vão embora, indiferentes” (GAGNEBIN, 2006, p. 55)

outros campos e cidades. Alguém toma parte no acontecimento de maneira a impedir que sua história seja assassinada pelo destino ordenado. Leva consigo o relógio tomando parte neste desfecho que a princípio já está definido. Tomar parte, notemos, não quer dizer controlar e sim golpear o destino previsto. Na ausência de qualquer garantia, o golpe estilhaça categorias e pretensos enquadres. Que silêncios ecoam na narrativa que individualiza e interioriza os choques como trauma, apresentando a fala individual como salvação?

Diagnósticos psicopatológicos, escutas individualizantes, identidades pré-fabricadas, conceitos totalizantes, costumam alcançar as experiências com seus feixes de luz ofuscantes, e por isso destruidores daquilo que pulsa além e aquém de seus saberes. Luz devoradora.

A sobrevivência dos gestos relatados pela senhora do campo de refugiados estava sob a luz da lua. Uma imagem que faz pensar na política de narratividade da pesquisa ligada a um regime de luz. Sob o brilho totalizador (aquele que só vê os refugiados ou os traumatizados e por isso reinstala esse lugar) tais gestos desaparecem. Na escuridão, onde nada pode ser percebido, também.

Aproximo a luminosidade lunar da *luciolle* - pequena luz intermitente dos vaga-lumes que Didi Huberman (2011) faz sobreviver em seu livro. Em "Sobrevivência dos Vaga-Lumes", o autor quer afirmar a potência de resistência política de certas palavras e imagens, fazendo um contraponto à noção de impossibilidade de experiência como condição do homem contemporâneo. A imagem dos vaga-lumes é colhida de um ensaio intitulado - *L'articollo delle luciolle* - em que Pasolini denuncia as transformações políticas em curso na Itália de 1960. Grosso modo, o ensaio trata da configuração de um novo fascismo, diferente do fascismo histórico, pois que entranha-se subrepticiamente na linguagem, gestos e valores do povo. Este novo e imprevisível fascismo, segundo Pasolini, estaria aniquilando a humanidade transformada em "máquinas que se batem umas contra as outras."

Os vaga-lumes são esses seres que desafiam a grande *luce* tanto quanto as trevas da escuridão. Sinais, brilhos passageiros, ainda que fracamente luminosos. Lampejam, desaparecem e tornam a aparecer em outro lugar. Os vaga-lumes não se iluminam para ver melhor, mas para seduzir. Corpos líricos impessoais, fulguram em regiões improváveis. Para conhecê-los é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que esta noite seja varrida por alguns ferozes projetores. (HUBERMAN, 2011)

Estes vaga-lumes com brilho frágil povoam uma zona escura da pesquisa em curso: Como transmitir uma experiência? Por certo, uma questão muito ampla e que assim formulada impediria que os vaga-lumes emitissem seus sinais. Isso porque a luminosidade dos vaga-lumes não pode responder a busca por respostas demasiadamente gerais. Espero que a leitura dos textos a seguir possa situar essa questão nos contornos desta pesquisa. Mas para seguir com o exercício de localização de regiões problemáticas que faço nesta carta, arrisco uma síntese: a experiência de pesquisar que aqui se faz é a um só tempo a experiência de oficinas e os impasses encontrados ao longo do percurso para transmiti-la através da modulação escrita da pesquisa. Ou seja, o texto ocupa-se de narrar os impasses na busca pelos princípios narrativos que transformam a investigação em um modo de dizer. No texto a seguir, os leitores encontrarão marcas residuais de embates operados na pesquisa e não apenas seus desfechos. São tortuosos embates. Nesse sentido a escrita torna-se espaço testemunhal, encarnando este outro que não vai embora na presença da gagueira infantil, da hesitação abismal e da palavra inacabada.

Uma vez que tomamos a escrita como criação de mundos e não re-apresentação de realidades pré-existentes, ao tomar o texto como possibilidade de transmissão de uma experiência não quer dizer que faremos dele um narrador de algo vivido e sabido, como na transmissão de uma informação. Por isso, seguimos com os vaga-lumes que apontam para uma transmissão que se dá por sinais, brilhos passageiros no contraponto a totalidade da grande *luce*.

Em tempo: Ao longo da tese o leitor encontrará materiais heterogêneos compondo o oficinas como atitude de pesquisa. Os

objetos fotográficos não se pretendem ilustrativos ou representativos. As imagens em composição com a escrita constituem atmosferas para o trabalho. As **cartas** testemunham a inseparabilidade entre experiências cotidianas do pesquisador e a prática de pesquisa. A presença das cartas configura uma política narrativa, um modo de dizer que se quer, acompanhe, os processos de constituição do percurso do pensar no plano coletivo, encarnado na escrita e nas experiências cotidianas. Por fim, os pequenos fragmentos, **lampejo**, **aparição**, **intermitência** e **lucciola**, contam pequenas histórias garimpadas ao longo do processo de pesquisa. São **histórias-vaga-lumes**, aparecem e, em seguida, desaparecem, deixando-nos a potência do efêmero.

Rio de Janeiro, novembro de 2012

Carta a banca de qualificação

Fui assistir a um debate entre os cineastas Eduardo Coutinho, João Moreira Salles e Eduardo Escorel sobre o filme "Shoah" de Claude Lanzmann, dia 28 de outubro, no Instituto Moreira Salles. Estava escrevendo-lhes a primeira carta² e uma observação feita naquela noite, se não me falha a memória, por João Moreira Salles fez-me iniciar esta segunda carta.

"Shoah" levou doze anos para ser feito e foi lançado na década de oitenta. Embora trate do extermínio dos seis milhões de judeus no período da segunda guerra mundial nenhuma imagem de arquivo é utilizada. "Shoah" não mostra imagens de corpos mortos ou qualquer outra que intencione comover pela brutalidade. É um filme de entrevistas com judeus sobreviventes da Shoah e com agentes do nazismo a época. A nota escrita por Lanzmann por ocasião do lançamento do filme inicia com as seguintes palavras: "Talvez baste fazer a pergunta em sua forma mais simples: "Por que matar judeus?" Sua obscenidade fica patente de imediato.

Há de fato uma obscenidade absoluta no intento de compreender. Não compreender foi minha regra inamovível ao longo de todos os anos da realização de "Shoah": agarrei-me a essa recusa como sendo a única atitude possível, ao mesmo tempo ética e prática. Manter minha guarda erguida, usar esses antolhos, e mesmo essa cegueira, era a condição vital da criação."

As perguntas minuciosas que Lanzmann dirige aos entrevistados ao longo do filme deixam claro que se trata de um filme sobre "como" e não sobre "porque". Ao maquinista que dirigia os trens levando os judeus até os campos de extermínio ele pergunta: Você ouvia os gritos estando na locomotiva? E você se acostumou com isso? Ao agente nazista, pergunta: Quanto tempo levava o percurso

² A primeira carta refere-se a carta que foi escrita no período de realização da qualificação e não esta que está apresentada aqui na tese.

dentro dos caminhões (caminhões que soltavam gás do escapamento do motor para dentro até asfixiar os judeus presos na carroceria)? Quantas pessoas cabiam dentro de uma câmara de gás? O diretor persegue os pequenos detalhes das peças e procedimentos de uma verdadeira engrenagem a serviço da morte recriada no e pelo filme.

O trem passando, o gramado que restou no campo de extermínio em Treblinka, o portal na entrada de Aushwitz e as ruínas dos crematórios são imagens que se repetem ao longo das nove horas e meia de filme. As imagens não são informativas e tampouco ilustrativas. A insistente repetição do trem, do gramado, do portal, das ruínas coexistem aos depoimentos e criam um ritmo próprio da experiência transmitida por SHOAH. Seguindo a nota do diretor, "Hier ist kein warum ("Aqui não existe por quê"): Primo Levi relembra que um guarda da SS ensinou-lhe a regra de Auschwitz no exato momento de sua chegada. Não existe por quê: essa lei também vale para todo aquele que assume a responsabilidade de tal transmissão. Pois só o ato de transmissão importa, e nenhuma inteligibilidade, isto é, nenhum conhecimento, existe antes da transmissão. A transmissão é o conhecimento em si."

Foi sobre a metodologia criada neste projeto de transmissão que recaiu a observação de João Moreira Salles. Partindo das considerações feitas por Lanzamann em um ensaio de 1981 que definem o extermínio nazista como um massacre planejado, metódico, burocrático, um empreendimento de longo prazo levado a cabo com paciência e sem paixão, João Moreira Salles faz sua definição do método utilizado na realização do filme. Ele diz:

"Em Shoah, Lanzamann parece ter apostado que um ato de imaginação, e é isso que o filme é, só seria capaz de devolver a existência, a realidade deste aniquilamento, quer dizer, devolver a vida ao que se passou, se adotasse para si as características formais do método dos perpetradores. Shoah é o resultado de doze anos de trabalho, planejado, metódico, paciente, repetitivo, técnico, preciso."

A proposição de que podemos reconhecer no método de construção do filme Shoah as características formais do método nazista, sendo isto justamente que permite a transmissão da experiência no e pelo

filme me faz pensar sobre a transmissão da experiência implicada no processo de pesquisa. O modo como o filme é construído possibilita que a experiência de quem fala fique viva para o espectador. Os depoimentos, silêncios, a emergência da emoção em alguns entrevistados, as imagens repetidas distanciam "Shoah" de uma descrição factual embora paradoxalmente seja isto que Lanzmann solicita aos entrevistados através de suas perguntas. Foi nesse plano em que a experiência daquilo que passou é recriada a partir do presente, ganha vida tornando-se passível de transmissão que Lanzmann situou a possibilidade de conhecer. Ou seja, não é somente o relato, com suas informações daquilo que passou que permite a transmissão. Isto porque o que está em jogo é a transmissão de uma experiência inominável. Shoah alcança essa maestria.

Note-se que não se trata de reviver o horror da Shoah através do filme. Não se trata da busca de uma metodologia para repetir o que se passou em um gesto redundante, mas de transmitir sem que nenhum saber verdadeiro preexista a transmissão, exigência paradoxal de transmissão sem inteligibilidade. Como adverte Gagnebin (1999), "evitar as tentações que ofereceria a satisfação de, como se diz, encontrar uma boa explicação, de conseguir entender, e isso, porque como escreve Primo Levi, compreender é quase justificar" (p.107).

Para mim, atualmente enredada nos fios descontínuos de uma pesquisa em processo, a experiência de assistir ao filme aliada as palavras de Lanzmann e de João constituíram uma espécie de geografia para uma região invisível de investigação/experimentação que venho habitando (habita em mim?). Refiro-me aos movimentos que se dão na busca pelos princípios de narração da escrita às voltas com os impasses dos verbos conhecer e transmitir. "Assim diremos: texto: sítio da movência. Escrever é ir com o que vive", li no artigo "Um corp'a'screver para a restante vida" de Arnaldo Delgado Sobrinho. Nesse sentido apresento nesta carta um problema que gostaria de conversar com vocês. As leituras teóricas e as práticas empíricas têm aparecido

no texto ainda isoladas umas das outras. São manhãs, tardes, noites e sonhos nesta entrega que quer (é um querer em mim e não um eu querer) outra aparição, aquela que faz a experiência pensar com as leituras teóricas, abrir confrontos, desdobrar sentidos afastando-se do pensar sobre, sobre, sobre...

PRÓLOGO

Escrevente

Enredada na armadilha, o corpo debatia-se. Armadilha demasiadamente humana. Tinha perdido o bicho. Olhava sua mão branca. As garras que tanto lhe serviram para escrever agora estavam unhas comidas pelos dentes sem fio. De nada adiantava tirar pedaços de si. A brutalidade era bruta e conservava um inteiro. O mundo como que por um passe de desencanto ficara inodoro, incolor e insípido. Não, não era isso. Era que perdeu-se a espessura do tempo. Cada ser com seu nome designava uma posição e já não mais havia intervalo nem distância. Tudo estava preenchido por linhas em constante demarcação. Diferiam proliferando novos nomes, tecnologias, aventuras, arquiteturas, ecologias e por aí vai. Cada um estava diferente do outro e cada vez mais diferente. Muito acontecia e quase nada. Quase porque havia àquilo subindo e descendo. Ignorando suas estratégias de cessar. Ir até o parque sentar-se em um banco e ali ficar. Esta imagem, ontem tão eficaz, desmoronou sob a luz do sol parecendo tão propícia ao passeio. A cidade costumava socorrer e já não era mais assim. Socorrer era gesto anônimo e sem felicidade. Fazia muito calor e nem sequer conseguia suar. Seu corpo era integralmente sobe e desce que a ninguém interessa.

Voltou da caminhada muda como os soldados da guerra³. Nenhum vira-latas para acenar um gesto sem raça. Nenhum tropeço que pudesse desequilibrar o sobe e desce incessante. Certezas consolidadas em cada passo seco. Hirta sem história para contar. Podia dizer bom dia ao homem que guarda carros na rua, recolher o jornal de algum vizinho e gentilmente colocá-lo para dentro do prédio, acarinhar a avó, enxotar as formigas e dormir em resignação. A noite cumprir-se-ia. Sabia já da ausência de resíduos e desistira de sonhar. As toneladas de lixo estavam bem acomodadas nas obras de artistas e nos galpões de reciclagem que oferecem trabalho digno. São resíduos sólidos. Nas cidades desenvolvidas habitadas por verdadeiros cidadãos são separados e agrupados para serem transformados. Composto por metano, dióxido de

³ “Não, está claro que as ações da experiência estão em baixa, e isso numa geração que entre 1914 e 1918 viveu uma das mais terríveis experiências da história. Talvez isso não seja tão estranho como parece. Na época, já se podia notar que os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos. Os livros de guerra que inundaram o mercado literário nos dez anos seguintes não continham experiências transmissíveis de boca em boca.” (BENJAMIN, 1996, p. 115).

carbono e nitrogênio o gás liberado pelos detritos quando coletado constantemente e de forma controlada gera energia.⁴

A garrafa térmica marrom, a parede mal feita em seu avesso, o cachorro que não veio, o advogado envergonhado, marcham exibindo pouca sorte e nenhuma imprecisão. São tempos de prazo, quando não deve-se repousar sobre coisas inúteis. No mais as inutilidades tinham mesmo desaparecido. Qualquer chapéu de palha, lembrança, sensação nascia destinado a servir. Tomadas enfileiradas sem neutro. Prazos são datas futuras consumindo o presente. Nesses tempos de prazo vivia-se endividado. Além do carnê e da família sempre reclamando sua ausência a dívida instalara-se no entre, mediava contatos inescapáveis.

Doía de tanto um. Sofria de inteireza. O sobe e desce deixava gangorras inóspitas. Sentaria nesta inóspita gangorra vermelha sem paisagem. Por quanto tempo não sabia. Inventaria ali uma linguagem aproveitando-se do ritmo e do ruído friccional entre madeira e ferro em avaria. A fluidez estava mesmo gaga. Equação injusta entre os malabarismos do pensamento, a ponta dos dedos carcomidos e um pouco que restara.

Quietude na mobília acomodada em cada peça de sua casa. Casa Própria. Era um triunfo e uma vergonha. A faxineira lhe visitava mensalmente e o melhor que fazia era cantar. As músicas começavam logo no meio e antes do fim já outra iniciava. Não importava-se com a verdade das letras, palavras eram substituídas por sua fraca memória. Há quanto tempo canta-se ao trabalhar oferecendo ritmo distraído ao esforço em que empenha-se o corpo? Lutas anônimas povoam aquele canto.

Deu os primeiros passos sem destino. Não adiantava precipitar-se em solucionar a equação diferentemente. Havia uma transição. Disseram-na que antigamente os rebentos levavam sete dias para abrir os olhos e hoje já nascem de olhos abertos. Estava em antigamente. Seria mesmo uma transição? Decidiu nisto confiar a despeito da clausura. Era um ato, intencional e proposital, quase uma farsa. Em não sendo possível tornar-se outra por vontade própria restava confiar na palavra. Não tanto

⁴ “Pois qual o valor de todo nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorratamente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie” (BENJAMIN, 1196, p. 115)

naquilo que dizem mas no tanto de mundo que trazem em sua barriga vazia. Transição configurava um mínimo nicho para salvar uma tarde.

O pobre rebento que possivelmente nascera de olhos abertos já consegue sentar-se. Transfere seu pouco peso de um lado a outro deslocando-se tática de nada. O enorme esforço se expressa em grunhidos, nos braços e cabeça agitados. Apoia a palma das mãos no chão e alcança a posição de quatro. Balança seu pouco peso sem sair do lugar. Alguns apressam-se em dizer: logo vai gatinhar. Antecipando uma nova forma a previsibilidade aprisiona a experiência em curso. Mas aquele corpo em experimentação pode nos dizer mais sobre o presente em tempos em que já nascemos de olhos abertos.

Ir de um ponto a outro sem perder tempo. Máxima de nosso presente encarnada nas grandes vias que cortam a cidade junto ao constante acesso à internet ocupando longos congestionamentos. “Nunca houve tanta estrada. E nunca nos visitamos tão pouco.”, diz Mia Couto.

Sustentar no osso do peito. Desliza as mãos sobre a pele e apalpa. Impregnado o intolerável desta cronologia. Nunca imaginara que chegaria na carne do insuportável. Ali não há fatos para explica-lo. Há um tremor. Não há como desprezá-lo, não há como ignorá-lo e seguir vivendo. Ainda que asfixiante o insuportável pede respiração.

Deitou-se no chão para descansar. Sentia a base dos calcanhos pesar para o centro da terra. Suspirou fechando os olhos sem perceber. Conquistou uma primeira quietude habitada pelo peso do corpo próprio. Destinava fracos e fortes pensamentos ao centro da terra. Descansava de si. Nesta primeira quietude sob solo firme todos os órgãos bem funcionavam, pulmões enchiam e vazavam, rins filtravam, coração ritmado, e assim por diante. Mas não há nada de pacato no céu, tampouco na terra. A natureza física do cosmo está em permanente transformação. A crosta terrestre se agita, revolvendo-se.⁵ Não podia ser ela então essa quieta identidade dos órgãos. Mesmo eles murmuram, ronronam e para manter sua eficiente atividade não param de tornarem-se outros.

Seria possível fluir como a literatura e a música? Não. Era atravanco. Carro engasgado. Mas vá lá... precisava suportar esse ritmo e confiar nas partículas de mundo

⁵ Rosane Preciosa, Rumores Discretos da Subjetividade, p. 91.

que, com muito esforço, despregavam-se desafiando o julgamento. Transvertia o ditado: era muito juízo pra pouca sorte. Quanto a sorte nada não podia fazer. O juízo entranhando nas células precisava expelir. Sem isso não haveria música tampouco literatura. Um impasse tem uma existência própria que nos arrasta. Não somos nós que o abordamos, ele é que nos aborda. Somente quando somos realmente colocados em questão pelo que clama é que somos lançados às suas ramificações nervosas.

Tinha tentado tanto em vão do impasse libertar-se. Fazia aprender só agora um outro caminho. Nele habitar, dobra-lo e convertê-lo em vida trêmula. Para isto dá-se necessário pisar esse chão anterior que já não mais se suporta e ao mesmo tempo ter pernas naquilo que lentamente se fazendo ainda não está visível nem audível. O impasse torna-se nascedouro, contagia as formas constituídas abrindo “frentes de indeterminação e o mundo se coloca novamente como matéria a ser trabalhada” (KASTRUP, V.; PASSOS, E., 2013 p. 295)

Curvar-se

Sobre o lado ímpar da memória
O anjo da guarda esqueceu
Perguntas que não se respondem

Seriam hélices
Aviões locomotivas
Timidamente precocidade
Balões-cativos si-bemol

Mas meus dez anos indiferentes
Rodaram mais uma vez
Nos mesmos intermináveis
carrosséis.

João Cabral de Melo Neto

A história oficial conta que o parque foi salvo por uma cláusula do contrato na oportunidade de sua doação para a cidade em 1804. A área não poderia ser alienada sem expressa autorização de Sua Alteza Real, Dom João VI. Sendo local destinado a exercícios militares foi impedida em 1826, por Dom Pedro I, de ser loteada e vendida.

O terreno, onde atualmente está localizado o parque, sobreviveu às forças que desde 1826 tentaram ocupa-lo com um negócio mais rentável que um parque público. Preservado com seus belos jardins e monumentos, ocupa uma área de 40 hectares na parte antiga da cidade. Ainda que com sua localização garantida, sendo um dos mais importantes cartões postais da cidade, o parque suscita lutas urbanas avessas ao brilho

de sua imagem nos postais. Trata-se da disputa entre manter o parque aberto ou gradeá-lo para torná-lo mais seguro. Com dois lados delimitados pelas distintas políticas para a vida urbana defendidas pelos dois grupos, o parque, ainda sem grades, é habitado pelo brincar das crianças.

Na pracinha, além do escorrega, dos balanços e do gira-gira, túneis de cimento colorido convidam o corpo a experimentar espaços menos iluminados. O colorido descascado mostra camadas de tinta sobrepostas - aparição do tempo. Tal como as espessas telas de Iberê Camargo onde a superfície se faz na densidade heterogênea de tempos diversos.

Arquitetura despreziosa, os túneis tornam-se esconderijos, passagens secretas, espaço para rastejar. Com sua simplicidade instalam uma atmosfera lúdica sem indicar de antemão o curso da brincadeira. Um grito, uma música ou os murmúrios dos sons sem palavras fazem eco, uma brincadeira foi inventada. As respirações ofegantes ressoam nas curvas.

Brincar nestes túneis ecoou estranhamente. A opacidade criada em seus interiores contrastava com o sol radiante. Luminosidade de tantos brinquedos saturados de botões, músicas, cores, bichos incitando brincadeiras com destino certo e acabado. No botão azul a musiquinha, no vermelho a campainha, girando a manivela brilha a barriga do palhaço.⁶ Basta apertar um botão e aí está sua lata de refrigerante. Senhores de um mundo que responde obediente. Mas os túneis nos fazem encurvar, encurvar, encurvar.

Encurvar pareceu um movimento quase total. Fazia mais que curvar, eram curvas de formadas. Era torcimento. Torcidos os ossos e o sangue. Como pode um singelo e desprezioso abaixar-se carregar a vida assim para outro lugar. Podia bem ser que deu a perceber: toda aquela forte retidão não fazia sinceridade com o emaranhado de vasos e veias conduzindo os líquidos e ares da vitalidade ainda que quase perdida. Tampouco compunha-se com o menino subindo as escadas do escorrega pesquisando com todo corpo um caminho de degrau a outro. Ele não busca a confirmação do próximo

⁶ “Pois quanto mais atraentes são os brinquedos, no sentido usual, mais se afastam dos instrumentos de brincar; quanto mais eles imitam, mais longe eles estão da brincadeira viva. [...] Mas não entenderíamos o brinquedo, nem em sua realidade nem em seu conceito, se quiséssemos explicá-lo unicamente a partir do espírito infantil. A criança não é nenhum Robinson, as crianças não constituem nenhuma comunidade separada, mas são partes de povo e da classe a que pertencem. Por isso o brinquedo infantil não atesta a existência de uma vida autônoma e segregada, mas é um diálogo mudo, baseado em signos, entre a criança e o povo” (BENJAMIN, 1996, p. 247-248)

pela sua fiel existência. Tateia incerto a distância. Entre um e outro tão próximos uma aventura.

Demorei a entrar. Gente grande costuma ficar olhando e cuidando.⁷

De cima para baixo o olhar que cuida verticalmente mantém o corpo ereto. Atenção no sentido de impedir os perigos da brincadeira. Cair, machucar-se, esfolar o corpo. A garganta já está preparada para gritar: saia daí, é perigoso, vá para o brinquedo do seu tamanho. Posição autoritária, reifica as fronteiras do proibido e permitido em nome do cuidado e da proteção. As crianças são seres selvagens ainda não aprenderam os limites da altura de onde podem pular e em milésimos de segundo atiram-se sem medir consequências. Não raro são um pouco tanto bichos. Movendo-se de quatro, arrastando a pele na terra enquanto os sons retumbam a experiência em curso desprovidos da intenção de dizer. As crianças são seres selvagens. Ainda não fronteirizaram palavra, mundo e corpo.⁸

As pernas dobram, o pescoço encurva, o olhar vai ao chão. Para entrar no túnel é preciso deslocar o corpo de sua postura habitual, abandonar a retidão. No balanço é sentar e embalar, no escorrega subir e largar, no gira-gira rodar. E em baixo daquele teto curvo de cimento vermelho? O próximo degrau desapareceu. Cairia sem medir consequências? Não. Não se pode ser criança de novo. Experiência marcada e perdida. Presente assim como memória tecendo o mundo sem precisão cronológica.

Estar com as crianças, aceitar o convite que fazem para borrar as fronteiras que delimitam a experiência de ser adulto interessa não por seu sentido pessoal e nostálgico: saudades da criança que fui. No encontro, ao *estar com* as crianças um exercício de relação com o outro é convocado. “Isso é a experiência da criança como outro: o encontro de uma verdade que não aceita a medida de nosso saber, com uma demanda de iniciativa que não aceita a medida de nosso poder, e com uma exigência de hospitalidade que não aceita a medida de nossa casa” (LARROSA, 2010, p. 186). Nesta política de relação, o outro perde substancialidade ou identidade, sendo antes,

⁷ “Travamos nossa luta por responsabilidade contra um ser mascarado. A máscara do adulto chama-se ‘experiência’. Ela é inexpressiva, impenetrável, sempre a mesma. Esse adulto já vivenciou tudo: juventude, ideias, esperanças, mulheres. Foi tudo ilusão. Ficamos com frequência intimidados ou amargurados. Talvez ele tenha razão. O que podemos objetar-lhe? Nós ainda não experimentamos nada. Mas vamos agora levantar esta máscara. O que esse adulto experimentou? O que ele nos quer provar?” (BENJAMIN, 2009, p. 21)

⁸ “A criança que está atrás da cortina torna-se ela mesma algo ondulante e branco, um fantasma. A mesa de refeições sob a qual ela se ancorou a faz tornar-se ídolo de madeira do templo onde as pernas entalhadas são as quatro colunas. E atrás de uma porta ela própria é porta, está revestida dela como de pesada máscara e, como mago-sacerdote, enfeitiçará todos os que entram sem pressentir nada. A nenhum preço ela pode ser achada” (BENJAMIN, 2000, p.40).

alteridade, intensidade daquilo que não cabe e interpela. Nesse sentido o Outro não está dado a priori como uma outra pessoa ou outro ser que de mim diferencia-se por seus contornos visíveis, por suas ideias, por sua composição distinta. A pedra não seria um outro quando dela me diferencio, por tudo aquilo que sou e ela não é, por tudo aquilo que é pedra e não sou eu. O Outro não se dá nas diferenças entre eu e outro, mas na distância entre eu e o outro de mim, entre a pedra e o outro da pedra.⁹

⁹ “De uma maneira geral, quase todas as filosofias ocidentais são filosofias do Mesmo e quando elas se preocupam com o Outro, este não passa de um outro eu mesmo, sendo, no melhor dos casos, igual ao eu e procurando ser reconhecido por mim como Eu (assim como eu por ele), numa luta que é por vezes luta violenta, por vezes violência apaziguada no discurso. Mas somos conduzidos pelo ensino de Levinas em direção a uma experiência radical. Outrem é o irredutivelmente Outro; o outro é o que me ultrapassa absolutamente.” (BLANCHOT, 2010, p.99)

OFICINAR A PESQUISA: RECOLHER, TESTEMUNHAR, CORPORIFICAR

Oficinar conjuga localizar

As oficinas têm sido uma ferramenta largamente utilizada em serviços de saúde, escolas, seminários, congressos e cursos em geral. Oferecidas por psicólogos, artistas, pedagogos, terapeutas ocupacionais, trabalhadores sem formação acadêmica (conhecidos por oficineiros) entre outros, as oficinas aparecem como prática de intervenção suscitando questões. De que fazer se trata uma oficina? O que faz de um dispositivo coletivo uma oficina? Porque temos utilizado essa ferramenta?

É preciso dizer que distintas práticas intitulam-se “oficinas”. Não será objetivo desta pesquisa mapear tais diferenças em busca de constituir uma definição última para a heterogeneidade de fazeres que se dizem oficinas. Tampouco pretendemos desenvolver um aparato teórico para elaborar uma técnica relativa ao fazer das oficinas.

Acompanhando Donna Haraway (1995) podemos dizer que é desafio desta pesquisa não olhar com “um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum” (p. 18), olhar produtor de saberes genéricos, universais e desencarnados. Em defesa desta qualidade de olhar situa-se uma ciência, que embora não funcione assim, uma vez que não há olhar/prática que possa nascer de lugar nenhum, advoga-se como única prática de conhecimento da verdade objetiva do mundo. É no combate a essas práticas científicas, especialmente ao modelo de objetividade por elas defendido que Haraway (1995) apresenta a importância do processo de localização de uma pesquisa. Convocando-nos a lutar pela objetividade no lugar de difamá-la, a provocação da autora requer que o conhecimento possa se fazer com uma visão a um só tempo objetiva e corporificada.

É sob a chancela de uma suposta objetividade que o cientificismo tecnológico tem se desresponsabilizado dos modos de vida que imprime no mundo. Câmeras para todos os lados, fotos-satélites que nos indicam caminhos, microscópios cada vez mais refinados objetificam o mundo ao mesmo tempo em que a ciência tecnológica afirma sua exclusividade na competência de conhecê-lo (o mundo) objetivamente. Este modo de ver sem limites e de lugar nenhum é aquilo que Haraway (1995) denomina descorporificação da visão. Visão sem corpo, pois que, não apresenta suas marcas, seus posicionamentos alegando-se desinteressada e movida pelas leis da racionalidade científica. Acompanhando Haraway (1995) estamos tomando a visão como metáfora para o conhecimento. Metáfora não no sentido de uma imagem que representa a atitude

de conhecer, uma vez que, a visão é efetivamente um modo de conhecer. Metáfora porque mais do que a visão enquanto sistema sensorial o que está em jogo, em debate, são (posicionamentos) posições relativas ao conhecer. Até aqui tratamos do posicionamento cientificista, este que se faz na anulação de um ponto de vista específico pretendendo-se totalitário e de lugar nenhum. Essas são as marcas do olhar totalitário e cientificista denunciadas por Haraway (1995).

Na contramão do olhar conquistador que não admite seu ponto de vista como finito e portanto parcial encontra-se a aposta ético - política de Haraway (1995) - saberes localizados. Para isso é preciso dizer com quais mundos andamos e com quais não andamos de maneira a que a responsabilidade pelos posicionamentos assumidos não desapareça, encoberta pela falácia da objetividade desincorporada.

Assim, de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito a corporificação específica e particular e não definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva (HARAWAY, 1995, p. 21).

Mas se a parcialidade contrapõe-se à visão totalitária por um lado, por outro também se distancia das visões relativistas. O relativismo é a outra face do totalitarismo, uma vez que também recua frente à proposta de situar-se e posicionar-se. Bem como a visão única, a visão plural alega-se imparcial, desinteressada, configurando uma forma mais de não estar em parte alguma afirmando estar em toda parte. Uma pista para o pesquisador engajado na construção de uma perspectiva parcial crítica: posicionar-se com o outro sem a pretensão de estar no lugar do outro. Ver com o outro é mais uma questão de sintonia que empatia, para falar nas palavras de Despret (2004). Exercício da vulnerabilidade que a condição parcial supõe. “O eu cognocente é parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser o outro.” (HARAWAY, 1995 p. 26) Sendo assim, a política de relação com o outro aqui implicada desfaz a passividade que hegemonicamente atribui-se aos objetos investigados. O outro é agente do conhecimento e não matéria inerte a ser classificada. O outro faz exigências, interroga, desloca, propõem uma conversa e cabe ao pesquisador estar disponível a tomar parte nela. “O mundo nem fala por si mesmo, nem desaparece em favor de um senhor decodificador.” (HARAWAY, 1995 p. 37)



Travessia

A montagem das oficinas, o funcionamento, as conversas realizadas com os participantes e a escrita da pesquisa são diferentes etapas que podemos visualizar nesse processo. Se podemos reconhecer uma linearidade temporal marcada por etapas que podem ganhar a forma de um cronograma, a experiência de pesquisar está impregnada de forças, movimentos transversais que não obedecem a um passo a passo. O esforço desta escrita vai na direção de encontrar uma política narrativa que transite entre essas temporalidades. Sem confinar a experiência em uma cronologia e ao mesmo tempo construir uma história das modificações que se operam no campo problemático, na pesquisadora e na metodologia.

Colado ao “Oficinar”¹⁰, experiência realizada durante a pesquisa, o verbo *oficinar* acabava soterrado. O pensamento insistia em um curso que tomava uma experiência empírica como totalidade a ser pesquisada. O perigo de produzir um manual “como fazer uma oficina” espreitava-nos. Dito em outras palavras, o perigo de partindo de uma experiência local e singular extrair um modelo universal. Operação fatal, uma vez que *oficinar*, verbo no infinitivo, marca sua abertura para ser conjugado no fazer local de seus usuários. Na gramática, infinitivo é uma das três formas nominais do verbo e é a forma com a qual um verbo se apresenta naturalmente, sem qualquer conjugação; é o “nome” do verbo. Dá ideia de uma ação ou estado, porém sem vinculá-la a um tempo, modo ou pessoa específica. Mas se seguimos as pistas de Haraway (1995) em sua defesa pela localização dos processos de pesquisa ficamos com a questão: como operar uma localização que saiba situar e abrir a experiência na sua dimensão infinitiva?

Esta pesquisa acontece na travessia entre a oficina enquanto objeto substantivado e o verbo *oficinar*. Exercício de extrair das oficinas o verbo, certas modalidades de ação. Exercício de desfazer as fronteiras que contornam uma experiência delimitando seu acontecer em um espaço/tempo definidos. Exercício de deslocalizar a experiência de um estado de coisas e ao mesmo tempo localizá-la em um modo de fazer. O modo de fazer não pode ser explicitado a partir da descrição de um tema, de um objeto e de um campo empírico de onde seriam coletados dados. O modo de fazer é o manejo, são os gestos do pensamento, mas também das mãos, dos olhos e ouvidos. Não há como defini-lo, senão pela sua presença definitiva e inaudita em nossas práticas.

¹⁰ Institucionalmente o “Oficinar” foi oferecido como uma disciplina optativa para os estudantes da arquitetura e como curso livre para os estudantes de psicologia e da dança, constituindo-se como estágio de docência para mim e para a arquiteta Iazana Guizzo, ambas doutorandas.

Embora exista uma dimensão formal e linear que me qualifica como pesquisadora (matricula na universidade, resposta a pergunta o que você faz, frequência em disciplinas...) há um exercício, um tornar-se que escapa a este contorno na medida em que não está dado, é sempre um acontecer. São encontros que despertam, instauram isso que é mais um movimento que um estado de coisas, mais um verbo que um substantivo. E que encontros são esses nesta pesquisa? Em que momentos aparece uma composição que instaura o movimento pesquisar? Que elementos estão presentes nesta composição?

É preciso dizer que não se trata de buscar delimitar um campo, um conjunto de práticas reconhecidos como ato de pesquisar e apartá-los de outros, operando uma purificação. Isso é pesquisar, isso não é pesquisar! A questão colocada refere-se a constituição do pesquisar neste duplo movimento de instaurar um processo (objeto) de pesquisa e um corpo - pesquisadora. Paraphrasing Latour (2007) diremos que pesquisar envolve uma experimentação que é ao mesmo tempo uma aprendizagem: aprender a ser afetado.

Pesquisar é também ir criando modos de pesquisar ou pelo menos problematizar, colocar em risco os dispositivos que estão em curso. Habitar os impasses e torna-los matéria de criação de modos de fazer imprevistos, não planejados. Estão nossos dispositivos vulneráveis as exigências do processo de pesquisa? E nossas questões? Estariam elas dispostas a se transformar? De onde partem nossas questões e quem/o que está incluído no seu processo de constituição? No que implica fazer da pesquisa uma experimentação e da experimentação pesquisa?

Fazer da pesquisa uma experimentação requer abrir mão da racionalidade clássica que faz do conhecimento um percurso linear partindo de hipóteses até alcançar os resultados que as confirmam ou refutam. Fazer da pesquisa uma experimentação requer tomar a produção de conhecimento como modificação e não como acumulação ou repetição. Fazer da pesquisa uma experimentação é colocar-se em experimentação, na tentativa de modificar o que se pensa e até mesmo o que se é. Neste sentido, a experimentação é uma “atitude existencial, um modo de lidar com a realidade, uma maneira de habitar o mundo”. (LARROSA, 2004, p. 32)

Para pensar o pesquisar na sua dimensão afetiva em que a produção de conhecimento implica em uma aprendizagem sensível distinguindo-se da produção de conhecimento como acumulação me associo com Latour (2007), que junto de Isabelle Stengers e Vinciane Despret propõem uma “definição dinâmica do corpo como a

aprendizagem de ser afectado”. (LATOURE, 2007, p. 40) Para exemplificar essa aprendizagem, Latour (2007) recorre ao método utilizado para o treinamento de narizes realizado pela indústria de perfumes. Através de um Kit, contendo diversas fragrâncias, um professor ensina seus alunos a tornarem-se sensíveis aos odores. O método inicia com o treino para que possam diferenciar fragrâncias puras e marcadamente distintas e segue com a aprendizagem que possibilita distinguir diferenças cada vez mais tênues. Ao final do treino, as diferenças entre as fragrâncias que uma vez eram imperceptíveis aos “narizes”, não os moviam enquanto diferença passam a afetá-los, compondo “um mundo odorífero amplamente diferenciado”.

Deste exemplo ofertado por Latour detenho-me inicialmente naquilo que ele chamou de treinamento. Embora “treinamento” possa sugerir que estamos falando de um exercício mecânico e adaptativo Latour nos mostra que o treinamento se dá como processo de aprendizagem em que corpo e mundo se transformam. “As partes do corpo, portanto, são adquiridas progressivamente ao mesmo tempo que as “contrapartidas do mundo” vão sendo registradas de nova forma. Adquirir um corpo é um empreendimento progressivo que produz simultaneamente um meio sensorial e um mundo sensível” (LATOURE, 2007, p. 41). Ou seja, o processo de aprendizagem para tornar-se um “nariz” (como são chamadas as pessoas que desenvolvem a habilidade de distinguir fragrâncias) não resume-se ao acúmulo de informações sobre as diferentes fragrâncias. Tampouco é apenas o desenvolvimento da capacidade de distinguir substâncias, através do olfato, que está em jogo. Ao longo do treinamento constitui-se a um só tempo um novo corpo e um novo mundo odorífero que passa a ser por ele habitado.

Os “sujeitos-narizes” antes de passarem pelo treinamento/aprendizagem eram indiferentes as sutis diferenças entre os odores ou, nas palavras de Latour, não eram efectuados por elas. É através do kit, do professor, das sessões de práticas olfativas que um sujeito sensível às diferenças emerge. E é neste processo de aprendizagem que um mundo odorífero será igualmente efectuado, uma vez que não contará mais apenas com contrastes bem demarcados entre as fragrâncias, sendo povoado por muitas e sutis diferenças. Sendo assim não podemos entender o treinamento a que se refere Latour como o desenvolvimento da habilidade de um sujeito conhecer um mundo apartado da experiência de aprendizagem em que ambos co-emergem.

O modelo de aprendizagem apresentado por Latour interroga aquele em que a aprendizagem é definida como processo que liga sujeito e mundo pré-existentes, em uma relação de reconhecimento. No modelo que explica a aprendizagem como processo de reconhecimento “[...] o sujeito está “ali dentro do corpo” como uma essência

definida e a aprendizagem não é necessária para a sua existência; o mundo está fora do corpo, ali, e afectar os outros não é necessário para sua essência” (LATOURE 2007, p. 41). Nesse sentido a proposição de Latour desnaturaliza corpo e mundo como substâncias essenciais. Tanto um quanto outro só podem ser entendidos e descritos dentro dos dispositivos de aprendizagem singulares que os produzem simultaneamente. É a um só tempo que os odores se tornam conhecidos e que um corpo capaz de conhecê-los é adquirido. Ou seja, em uma via de dupla mão, o corpo tem sua definição dinâmica como operador de conhecimento e o conhecimento como operador de corpo. É neste sentido que entendemos a dimensão de aprendizagem deste ofício de uma pesquisa, um corpo-pesquisadora e um objeto-verbo.

Deste exemplo Latour extrai uma consequência relativa a relação entre sujeito e objeto, corpo e mundo. O kit de odores, como parte do dispositivo de aprendizagem, não pode ser entendido como um intermediário entre corpo e mundo, senão como “parte essencial daquilo que é ter um corpo, ou seja, é parte do benefício de um mundo odorífero mais rico” (LATOURE, 2007, p.41). A diferença entre entender o Kit como intermediário ou como parte do corpo recai sobre as questões que cada uma destas proposições nos permite *articular*. Tomar o kit como intermediário, um meio para ligar sujeito e objeto equivale a fazê-lo desaparecer assim que esta relação for efetuada. Ou seja, o kit torna-se assim, um instrumento neutro e passivo que permite ao sujeito conhecer o mundo. Uma vez que o kit possibilita a um sujeito essencial conhecer o mundo que está fora dele, será preciso verificar a correspondência entre aquilo que o Kit permite ser percebido e aquilo que realmente existe no mundo. A questão formulada tende a ser relativa a precisão entre a percepção do sujeito e o mundo lá fora. E como explicar as diferenças encontradas nas percepções de cada nariz?

Para tentar resolver a questão das discrepâncias entre os diversos relatos, tenderemos a distinguir os odores: primeiro, os odores tal como existem no mundo - registados por cromatógrafos, análise e síntese químicas (tratarei disto mais adiante) - e, segundo, os odores tal como são cheirados por um aparelho humano falível, hesitante e limitado (LATOURE, 2007,p.41-42).

Sendo assim, teremos a divisão entre o mundo tal como é e a percepção do sujeito que está sempre referida seja ao corpo como aparato fisiológico ou, como sugere a fenomenologia, a incorporação subjetiva que carrega mais que a experiência puramente fisiológica. O ponto destacado por Latour é que neste modelo de aprendizagem o *corpo interessante* desaparece ora no reducionismo da fisiologia ora no subjetivismo

fenomenológico, mas nos dois casos, “[...]há-de referir-se sempre à profundidade da nossa sujeição a nós próprios, e não àquilo que o mundo é realmente. A isto chamou Whitehead (1920) a «bifurcação da natureza». Ou temos o mundo, a ciência, as coisas, e não temos sujeito; ou temos sujeito e não temos o mundo, aquilo que as coisas são realmente” (LATOURE, 2007, p.42).

A definição dinâmica de corpo, nos diz Latour, tem como vantagem afastar-se dos dualismos e holismos impregnados na maioria dos discursos sobre o corpo. É preciso esclarecer, neste momento, que a apresentação desta via de dupla mão não visa afirmar a soberania do corpo sobre o espírito no ato de conhecer/aprender que reinstalaria o dualismo de onde se quer escapar. O acento aqui está em mostrar que corpo e mundo precisam ser pensados de forma situada, ou seja, dentro dos dispositivos de aprendizagem que os fazem agir.

Este exemplo permite-nos pensar o lugar do método em nossas pesquisas acadêmicas como dispositivo de aprendizagem sensível, local e político. Destituí-lo do lugar de intermediário neutro e passivo que possibilitaria a um sujeito conhecer uma realidade dada no exterior e afirmar sua qualidade performativa de mundos e sensibilidades. A partir disto, a questão a ser feita em relação aos nossos métodos desloca-se. Não trata-se mais de buscar qual método nos garante o conhecimento mais fidedigno a realidade, mas antes, quais mundos podem ser performados pelos métodos que utilizamos. Estão nossos métodos operando sensibilização as sutis diferenças, menos demarcadas, menos iluminadas, às fragrâncias que não tornaram-se perfumes? E ainda, como conhecer essas diferenças sem fazer da pesquisa um grande holofote que marca fronteiras delimitadas apagando a força desestabilizadora destas diferenças?

As oficinas podem ser pensadas como dispositivo de aprendizagem que visa a um processo em que se aprende a ser afetado, com peculiaridades que a diferencia do exemplo dos “narizes”. Que habilidade apostamos em aprender com o oficiar? Habilidade de pesquisar, quando pesquisar, remete-nos a experimentações que nos permitem adquirir corpo e porções de mundo. Nesse sentido a habilidade a ser aprendida por um pesquisador oficineiro seria de ser movido por sutis diferenças. Constituir para si um corpo pesquisador sensível a diferenças que co-emergem com o corpo através do próprio pesquisar. Sutas diferenças apagadas por modos de conhecer (métodos) que operam aprendizagem nos modelos da re-cognição, em que, pesquisar faz-se como reconhecimento da realidade tal qual se apresenta.



Oficinar conjuga recolher

Vasculha-se lembranças em busca daquilo que ficou. Assim como quem precisa. Aquele que encontramos na rua e não sabemos quem é mas não falta-nos a certeza do conhecido. As vezes fugiu apenas o nome e isso não causa maior embaraço. Refiro-me ao esquecimento quase total que muitas vezes contrasta com um cumprimento eufórico e íntimo. Em segundos percorremos as cenas mais cotidianas até os cursos mais improváveis que realizamos em busca daquela figura que, no entanto, está ali parecendo tão feliz com o encontro. Geralmente não conseguimos decifrar em tempo e a própria lembrante socorre informando-nos quem é. Pode-se então seguir a conversa, falar de um ou outro episódio compartilhado, do tempo que passou. A lembrança ocupará o justo espaço da lacuna deixada pelo esquecimento. A continuidade fora reestabelecida.

Vasculha-se mapas, histórias, anotações em busca do que ficou. Pedacos podem reencontrar-se e uma história será narrada. Não há pretensão de coincidir com o que aconteceu e isso já é um problema. Se ainda pudesse ser impulsionada por essa vontade de contar o que aconteceu como na conversa de esquina. Esse impulso não aninha escrita. Pouco a pouco perdia as palavras. A retidão da palavra lembrante não fazia sinceridade.

Ficou o cachorro escondido. Ficou a imagem da árvore ausente. Ficou um vago-lume apagado. De tudo fica um pouco, sussurra Drumond. “Ficou um pouco de luz captada no chapéu. Nos olhos do rufião de ternura ficou um pouco (muito pouco).” Aí ficou um tanto pouco. Desistira de falar sobre um tema. Desistira de empunhar conexões. A feitura precisava se fazer na desistência. Era desistência do Eu. Neste sentido, escrever ganhava a necessidade e o destino do sono. Imprevisível arte cotidiana de entrega ao que se tece apesar e com tudo. O que ficou, estava ainda mais distante e sua presença intensificou-se. Sobrevivência da desistência. Nesta distância sem medida é preciso instalar-se e escrever.

Camadas e camadas de história que agora se misturam, fundem-se com as histórias daqueles que podem nunca ser encontrados ou reconhecidos, com a panela do almoço já pronto, com o brinquedo do último aniversário, com a carta não enviada, com o poste que nunca acendia, com a arma descarregada, com o buraco da rua pavimentada pela prefeitura, com o folheto da igreja que prometia milagres, e com o currículo amassado da mulher que sentia que para nada servia (RODRIGUES, 2012, p. 66).

Os resíduos desacomodam-se das obras. Reciclagem já virou palavra de ordem. Estampada nas propagandas de “workshops” para atualizar os endividados frente aos novos conhecimentos. Garrafa retornável. Pneu vira bolsa e lata colar. Há resíduos que não se prestam a reciclagem. Insistem. Descabem. Atordoam. Nenhuma metodologia de renovação restitui o brilho da coisa nova. Pertencem a outra temporalidade. Nem o eterno presente da mercadoria e tampouco o encadeamento linear dos fatos atestando evolução.

Esses incabíveis resíduos pedem hospitalidade e não aceitam a medida de nossa casa. (LARROSA, 2010) Da lembrança pessoal esquivam-se. Como a literatura, “são destas coisas que merecem ser encontradas, mas não procuradas”. (BLANCHOT, 1997, p.292) Por isso uma certa “desutilidade” acompanha o gesto que os recolhe sem saber. Não são fragmentos convocando a restauração de uma totalidade perdida. Serão recolhidos pelo gesto de escritura sem pretensão acumulativa e tampouco restaurativa de sentido único. Metade memória, metade esquecimento o gesto que os recolhe é o mesmo que os cria.

Desutilidade”, notemos não é sinônimo de inutilidade – qualidade daquilo que não tem uso ou função. A “des-utilidade” de Barros pode ser compreendida, portanto, como aquilo que “des-faz” utilidades, ou melhor, que recusa o imperativo amplamente bradado com o tom urgente da pergunta: “Para que isso serve? Qual a sua utilidade” Ao que demanda a resposta (quanto mais pronta melhor): “Isto serve para... (RODRIGUES, 2012, p. 71)

Essa política de escrita opera um deslocamento. Se costumamos tomar a escrita como “relato sobre uma determinada experiência”, aqui, a experiência em questão – oficiar- precipitará do gesto escritural que recolhe os restos de distintas experiências. Podemos dizer que oficiar vai constituindo-se como resto dos restos. Ou seja, a experiência de oficiar não será localizada de antemão em um espaço/tempo prévios ao próprio ato de busca-lo através da escrita. Não escreve aqui uma perita em oficinas. O texto torna-se espaço deste exercício. Nesse sentido dizemos que há uma coincidência. Oficiar é nosso objeto, aquilo que se investiga e também aquilo com o que se investiga. Problematisa-se o oficiar através dele mesmo. Busca-se instaurar durante a feitura da pesquisa esse estado, para com ele e através dele pesquisar.

Nesta operação, se ainda podemos falar de um campo a ser pesquisado, ele deixa de ser contornado por fronteiras delimitadoras de uma geografia. O campo como experiência limiar entre os restos de experiências de oficiar e a restante experiência

de escrever. “Exercício do pensamento em trânsito, como campo de forças, nunca cerrado nem substancializado em área específica” (SEDLMAYER, 2010, p. 271). Nesse sentido, a escrita, renuncia tanto a lógica da representação quanto a de espaço reservado aos sedimentos de memória. Escrever, nesta pesquisa, aproxima-se da língua viva do testemunho.

O que resta de Auschwitz não significa, então, aquilo que poderia sobrar, permanecer deste terrível acontecimento, algo como um famigerado “dever de memória”, uma expressão cujos usos e abusos são conhecidos. O resto indica muito mais, um hiato, uma lacuna, mas uma lacuna essencial que funda a língua do testemunho em oposição às classificações exaustivas do arquivo (Gagnebin, 2008, p.11).

Os resíduos operam na escrita como lacuna, espaço aberto que convoca o trabalho do pensamento no presente. Trabalho paradoxal, uma vez que preencher este espaço equivale a política memorialista encontrada no museu onde o que restou recompõem uma história acabada. Ou seja, escrever com resíduos, se faz na busca de uma linguagem que saiba performar lacunas com aquilo que diz.

Lampejo

Na casa de meus avós uma imagem cobria a parede da sala. Uma paisagem, não sei se pintura ou fotografia. Meu avô costumava parar junto a mim em frente daquela imagem e sussurrar: atrás daquela árvore esconde-se um cachorro. Eu tentava encontrar algum rastro do bicho. Pegadas na terra, um pedacinho do rabo que pudesse ser visto para fora do tronco ou um osso esquecido na grama. A noite corria pé por pé, para não alertá-lo de minha presença na tentativa de flagrá-lo.

Meu avô rompia aquela totalidade imagética abrindo os caminhos da imaginação. Aprendia sem saber que as imagens são impregnadas de outras imagens, carregando não apenas o que pode ser imediatamente visto. Tudo se passa entre o presente e o ausente, entre aquilo que mostra e o que anuncia.

O que restou da experiência?

O caminhante chegou ao museu em um domingo cedo pela manhã, antes da massa de turistas iniciarem as visitas guiadas. Detalhe definitivo no percurso realizado. Será a partir da tensão entre os caminhos definidos a serem percorridos e os desvios da caminhada não guiada que a experiência do narrador se desenrola. Em sua caminhada vai mostrando-nos como uma certa memória é ali construída. A dimensão de feitura da história através de práticas que fazem aparecer e desaparecer imagens, objetos e caminhos é apresentada pelo caminhante. A história oficial, destituída de qualquer inocência, é devolvida ao seu plano de produção onde evidencia-se a política motriz de sua montagem. “Os arames novos, a reconstituição de alguns objetos do campo como se a paisagem fosse real, os produtos vendidos para não esquecer, indicam uma proposta de memória que sentencia a conclusão do passado” (BAPTISTA, 2013, p. 60). O caminhante fotografa colhendo em seu percurso imagens que introduzem vacúolos reabrindo o passado em seu devir inconcluso e, portanto, permitindo-nos com ele pensar o presente. “Olhar as coisas de um ponto de vista arqueológico é comparar o que vemos no presente, o que sobreviveu, com o que sabemos ter desaparecido” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.117).

No museu construído sob o campo de exterminação em Auschwitz três fotografias mostram o momento da operação de asfixia por meio de gás. São imagens feitas ao vivo, quando a operação se desenrolava. Para que servem estas imagens? De uma parte encontramos nelas a sobrevivência de um documento desta história que destruiu a maior parte de suas materialidades. Sobrevivência. A palavra já indica que estamos em um tempo heterogêneo, apesar e (com) tudo aqui está. Sobreviver remete-nos aquilo que aconteceu em uma aparição presente. Em meio ao terror uma imagem é feita. Neste sentido a sobrevivência, antes de ser um ato heroico a serviço da reificação de uma história passada, é uma imagem que interpela o presente.

No mesmo museu a imagem de uma ausência. São quatro as fotografias sobreviventes. Uma delas não cabe no modo como o museu conta-nos a história. Fora de foco, a fotografia, mostra as árvores que junto ao “fotógrafo” se fizeram testemunhas. Sem tempo para escolher exatamente o que fotografar ou ajustar o foco a imagem carrega o perigo do gesto que apesar e com tudo a produziu. “Para nós que aceitamos examiná-la, essa fotografia “defeituosa, “abstrata” ou “desorientada” testemunha algo

que permanece essencial, isto é, o próprio perigo de presenciar o que acontecia em Birkenau” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 121).

Uma imagem que se recusa a prontamente nos dizer o que deve ser visto. É inútil como informação a ser agregada ou como registro de uma história em busca de provas daquilo que já se sabe. As árvores ecoam silêncio e perigo. Silêncio, uma vez que interrompem uma narrativa totalitária e conclusiva da história, instaurando um espaço que já não pode ser mais habitado pelos sentidos prontos. Com eles, este silêncio equivale a falta. Sem nitidez e sem pessoas a fotografia desaparece do universo narrativo do museu. Contudo o silêncio destas árvores é perigoso não propriamente pelo que falta e sim por desfazer a completude. “Para Didi-Huberman (2013) no ensaio Cascas, Auschwitz corre o risco de fazer da memória mera lembrança de um passado encerrado, o lugar onde o ontem definitivamente concluído ensina-nos o que deve ser extirpado; assentamento no qual a barbárie repousa vencida.” (BAPTISTA, 2013, p.60)

O caminhante também não deixa o passado repousar em sua narrativa pessoal. Seus avós lá foram mortos e esta história é parte da sua, de seus familiares, de seus amigos. No entanto, não é desde uma perspectiva autobiográfica que a escrita acontece. Se há uma busca em/nas Cascas é justamente por uma memória que não conclua-se nem na história oficial e tampouco na autobiografia heroica dos indivíduos ou coletivos. “O desdobrar que transtorna o narrador tornando anônima a dor narrada; anonimato onde a generosidade do ato humano não se inspira na fraternidade dos iguais” (BAPTISTA, 2013, p.60).

“Para falar do “trabalho da memória”, tal como o entendo proponho compará-lo ao “trabalho do mar”, isto é, a esse incessante movimento das ondas, a esse ritmo relojoeiro de seus fluxos e refluxos. Uma metáfora que poderia expressar o que é uma imagem quando é criadora: uma varredura de tempos anacrônicos dos quais não conhecemos nem as origens, nem as andanças nem os destinos. Além da questão do movimento a analogia com o “trabalho do mar” poderia se estender em outras direções: os “mistérios do mar”, os “segredos do mar”, os “silêncios do mar”, esse guardião de destroços, de naufragos e de tesouros, de histórias e de outras memórias” (SAMAIN, 2012, p.158-159).

Oficinar conjuga caçar

A relação da cientista Barbara Mc Clintock com o milho - seu objeto de pesquisa durante quase quarenta anos – marcada pela elaboração de “verdadeiras biografias” dos grãos de milho oferecem pistas para como construir versões compartilhadas em nossas pesquisas. Versões onde o outro comparece como agente. Agente em um encontro gerador de princípios de narração que não se efetuam a partir da racionalidade do sujeito, senão que, a partir da dissolução dos saberes que abrem espaço para a alteridade.

Os cientistas têm, a propósito do milho, não que acumular observações neutras, mas que aprender dele que questões indagar-lhe, pois o milho é, como todo ser histórico, um ser singular. E dizer “o milho” já é dizer demais, para Barbara Mc Clintock cada grão aberrante devia ser compreendido em si mesmo não como representante “do milho”, mas naquilo em que, justamente é diferente (STENGERS, 1989, p.05).

Diferentemente da racionalidade científica que poderíamos supor em jogo na relação entre um cientista e o milho, Mc Clintock exerce uma ciência avessa às generalidades e aos modelos de investigação que tentam explicar tudo a partir daquilo que se crê saber. No lugar de equações genéricas que pretendem explicar o comportamento do milho, a cientista dedica-se a narrar uma história singular advinda de sua relação com seu objeto “respeitando menos o milho como “totalidade” do que como labirinto confuso do qual trata-se de descobrir o fio de Ariadne” (STENGERS, 1989, p.03) Para isto, a cientista disponibiliza-se a escutar o milho e especialmente engaja-se nesta relação com o ritmo paciente daquele que, em uma conversa abre espaço para o outro falar. Posição epistemológica que se afasta tanto da neutralidade quanto do construtivismo. Ou seja, nem o sonho positivista de encontrar verdades puras distantes da influência do pesquisador e livres das contingências da pesquisa e tampouco a negação construtivista de qualquer “fato científico” uma vez que os fatos já estariam sempre impregnados das interpretações do homem. É nesse sentido que as narrativas de McClintock não pertencem nem ao milho como fato científico e objetivo nem apenas à subjetividade da pesquisadora. São narrativas do encontro entre o milho e a pesquisadora. Mas não qualquer milho e nem qualquer pesquisadora.

No dispositivo de McClintock é preciso que a pesquisadora deixe-se afectar, mover pelo milho e por suas exigências no lugar de proceder pela imposição de uma hipótese que ao milho cabe apenas confirmar ou refutar. É assim que o milho se torna

interessante, ou melhor, é assim que a pesquisadora não se serve do dispositivo de pesquisa para fazer falar apenas aquilo que de antemão pode compreender. Segundo Stengers (1989), não se trata de uma volta ao empirismo e sim de abrir a possibilidade de que não seja o homem mas o material que coloque o problema, que tenha uma história para contar que é preciso aprender a decifrar. Como aprendemos a decifrar? Como, em que espaços e com quem os princípios de narração são tecidos nesta pesquisa?

Essas questões surgiram quando fui apresentar a pesquisa em um grupo que reúne professores e estudantes de psicologia da UFF, PUC e UERJ em outubro de 2011. O encontro propunha uma conversa entre pesquisas em processo. Foi nesse momento que passei a conhecer este belo texto de Isabelle Stengers (1989), sugerido como interlocutor para apresentação das pesquisas. A partir das reverberações do texto nos distintos processos de pesquisa questões foram colocadas e debatidas no encontro. Na semana seguinte a professora Marcia Moraes ocupou-se de leva-las adiante compartilhando-as através de uma conversa-texto enviada por e-mail para nosso grupo de pesquisa. No intuito de seguir esta conversa retomo aqui alguns pontos da discussão realizada no encontro, bem como fragmentos do texto enviado a época.

Para pensar a relação entre pesquisador e objeto de pesquisa, Stengers (1989) apresenta a imagem da caça solitária. Segundo a autora, as teses epistemológicas dominantes servem para uma outra modalidade de caça, a da matilha. A primeira permite ao caçador tomar seu tempo a fim de entrar em sintonia com a presa de modo a aprender com ela como ele, caçador, deve posicionar-se. Aprende com os sinais que ela emite, passa a conhecer os sons, cheiros ou movimentos que a sensibilizam. O caçador solitário está em uma espécie de espera ativa, “evita toda precipitação da qual inevitavelmente se aproveitaria o adversário-parceiro à espreita” (STENGERS,1989, p.07). Já a prática da caça da matilha requer rapidez. A presa está completamente visível, uma vez que reduzida a determinados comportamentos que a matilha lhe impõe. Aos participantes da matilha cabe construir um entendimento coerente dos mesmos sinais, “a matilha cria um objeto suscetível de conhecimento intersubjetivo” (STENGERS,1989, p.07). A caça da matilha opera então através dos ideais de racionalidade em que toda proposição científica deve advir dos fatos, das categorias oriundas do entendimento humano ou de um paradigma disciplinar. Assim, o conhecimento será generalizável, pertencerá à comunidade científica e se oferecerá as práticas de validação que tal comunidade exige.

A prática do pesquisador solitário, ao contrário, acentua singularidades conduzindo a um conhecimento que se faz compartilhável não pela lógica da generalização, mas do interesse. A respeito das biografias do milho, produzidas por McClintock em sua caça solitária Stengers alerta:

Para compreender o fio de raciocínio de McClintock era preciso aceitar o esforço de se interessar pelo milho, de imergir na multidão de problemas que coloca o menor de seus grãos. É por isso que falei, a respeito do que ela procurava, em “princípio de narração” e não categorias objetivas. O tipo de inteligibilidade procurada e alcançada por McClintock não permite fazer a economia do objeto, reduzi-lo àquilo que ele permitiu compreender, mas contar a história de seu devir, compreender, como em toda história, a que sujeições deve sua possibilidade, como agem as circunstâncias, que grau de liberdade permite explorar (STENGERS, 1989, p.06).

A figura do pesquisador como caçador solitário sugerida por Stengers (1989) foi um ponto dissonante no encontro de outubro de 2011. O debate girou em torno de dois modos distintos de articular o sentido de solitário. De um lado, a imagem do caçador solitário pode indicar que, em última instância, o pesquisador está sozinho. Ou seja, cabe a ele tomar as decisões sobre o que aparece na pesquisa bem como confeccionar sentidos para os dados e a experiência com o campo. De outro lado, o sentido de solitário pode articular-se não a uma experiência em que o pesquisador está sozinho e sim em que não está com a matilha das teses epistemológicas dominantes e respondendo ao ideal de racionalidade. Mas isso não quer dizer estar sozinho e sim estar com outros parceiros, movendo-se a partir do encontro com as singularidades, reformulando questões, modificando os dispositivos de pesquisa quando a presença no campo e seus desdobramentos apresentam impasses ou exigências imprevistas. No texto-conversa, Marcia diz:

“Fico pensando que quando Stengers fala do caçador solitário ela se refere à caça de espera: ao caçador que no ato da caça precisa fazer laço com o mais ínfimo movimento da sua presa. As pegadas, o vento, um pequeno passo, um ruído, o bater de folhas... tudo isso há de contar na relação do caçador com a caça. A ação de caçar é uma ação de estar disponível para estes laços, para estes afetos (aqui no sentido mesmo de Latour e Despret – mover-se, ser efetuado pelos mais díspares elementos que se agenciam naquele encontro, naquele dispositivo). A metáfora da Stengers, na leitura que dela faço, indica que o caçador está solitário, mas não sozinho, isolado, fechado em seu livre arbítrio para decidir o que fazer! De modo nenhum! Ele está sendo efetuado e movido por tais laços: locais, situados, heterogêneos.”¹¹

Nesse sentido, a solidão do caçador-pesquisador é povoada dos laços que vão se fazendo ao longo do pesquisar. Aquilo que aparece na pesquisa e também como aparece – os princípios de narração - definem-se menos pela soberania de um sujeito movido pela linearidade racional que pelos encontros onde vamos aprendendo a pensar

¹¹ Fragmento do texto-conversa enviado por Marcia Moraes em outubro de 2011

com o outro. Seja no campo stricto sensu da pesquisa, seja nesse campo alargado onde se dão as conversas, os estudos, a orientação, o pesquisador vai sendo movido por pistas, rastros, marcas e tecendo um corpo para si e para a pesquisa. Por isso entendo que a escrita como produção de uma versão compartilhada destina-se a contar as histórias de como, com quem e em quais espaços aquilo que se escreve está sendo tecido. Contar a história das práticas que nos ensinam a ser afetados, para dizer com Latour. E, para dizer com Marcia:

“A disponibilidade do pesquisador em campo, disponibilidade para afetar-se, para transformar-se com outros, para seguir os mal entendidos promissores, tal disponibilidade não é dada, mas antes, feita, trabalhada. Como? De um lado, por aquilo mesmo que nos move enquanto pesquisadores. Pelo modo como respondemos às perguntas: Por que faço esta pesquisa? Onde quero interferir com este trabalho? Em que mundo quero viver e o que esta pesquisa faz e perfaz? Tais perguntas, creio eu, agitam o corpo do pesquisador. O pesquisar com outros envolve tais perguntas. Mas envolve mais do que isso: o COM se refere também, penso, àqueles com quem estudamos... à equipe de trabalho. Ainda não sei bem como explicitar isso ... mas as reuniões de equipe, as discussões sobre o trabalho são partes fundamentais da construção do conhecimento e são partes quase sempre invisíveis... ninguém fala disso... não consigo imaginar o trabalho da Cris sem a Lazana, a Margareth, a Angel... estas conexões (de amizade, de afeto, de pensar...) operam também no sentido de construir a sensibilidade do pesquisador. São estes encontros (e outros tantos, já que não cabe enumerá-los, porque tal “enumeração” é sempre parcial e local) que tornam vivo o encontro com o campo...”¹²

Em busca de um “kit de Odores” ou com quantos narizes se faz um pesquisador

Em nosso grupo de orientação eu falava da sensação de não estar encontrando os princípios narrativos para escrever esta tese. Embora palavras estivessem sendo escritas a sensação de estar muda não desaparecia com a feitura dos textos. Os textos escritos no encontro com autores novos para mim pareciam blocos especulares daquilo que lia. Pensar **com** os autores de tal maneira que modifiquem a percepção e, portanto os modos de pensar e existir se constituíam um desafio. Passar da exposição ou aplicação do pensamento a sua utilização – não no sentido instrumental, mas ético – envolve exercícios de abertura nos modos como já estamos habituados a sentir e pensar. E para isso é preciso convocar o corpo em sua dinâmica mencionada por Latour: aprender a ser afetado.

“Para Foucault (2004, p.240), o trabalho de pesquisa consiste num movimento de desprender-se de si mesmo, (se déprende de soi-même), “numa tentativa de modificar o que se pensa e mesmo o que se é”. Portanto é um processo não somente cognitivo, mas também ontológico” (NETO, 2008, p.534)

¹² Fragmento do texto-conversa enviado por Marcia Moraes em outubro de 2011.

Frente a um quase desespero que eu atribuía ao estado de mudez, não propriamente de palavras mas de *articulação*, como falei acima, Marcia Moraes recomenda uma visita a exposição *Corpos Presentes* do artista britânico Antony Gormley no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) do Rio de Janeiro. E mais, sugere que eu solicite a Camila Alves acompanhar-me. Camila além de amiga e parte do grupo de pesquisa coordenado pela professora Marcia, trabalha como mediadora no Centro Cultural. Marcia havia assistido a uma performance apresentada por Camila no Centro Cultural em que a pergunta: Com quantos cegos se faz uma cegueira?, era reiteradamente feita ao público.

A referida exposição aconteceu nas ruas do Rio de Janeiro e dentro do CCBB. Esculturas de ferro modeladas a partir do corpo de Gormley em tamanho natural foram colocadas no alto de prédios e em locais de grande circulação de pessoas, como no largo em frente à saída das barcas, na Cinelândia, na av. Rio Branco entre outros. Os corpos espalhados pela cidade geravam estranheza e sempre que passava por um deles a caminhada interrompia-se. Não fui em busca de explicações. Uma vez estava na Cinelândia e uma senhora me perguntou: aquele homem lá é de verdade? Ela apontava para um prédio alto onde um deles estava colocado no topo. As pontas dos pés da escultura ficavam para fora do beiral do prédio de aproximadamente trinta andares. Eu sabia que aqueles corpos eram “esculturas”, mas a dúvida da senhora era também minha.

Os corpos geravam um deslocamento sutil na atenção, compunham a paisagem apresentando uma diferença que resistia a classificação. Não eram bem monumentos homenageando um evento e tampouco estátuas em homenagem a algum ilustre. Os corpos não tem rosto definido, apenas reentrâncias na parte dos olhos e relevo no nariz. Não apresentam orelhas. Ficam em pé com os braços estendidos ao longo do corpo. Não são acompanhados de nenhuma placa indicando o nome do artista ou exposição. São corpos anônimos. Outro dia passando pelo largo em frente das barcas, alguém disse: “Olha aí um mineiro perdido!”. E ainda, um morador de rua da Cinelândia fez da escultura seu “ganha pão” por alguns dias. Sentou-se ao lado dela e colocou uma caixinha para arrecadar contribuições.

Entrei no CCBB e os corpos espalhados pelo saguão me impactaram. Estava em busca de um livro e segui até a livraria da Travessa localizada no interior do prédio. Não havia me programado para ver a exposição e fui embora perturbada pela cena. Voltei no dia combinado com Camila. Encontramo-nos no segundo andar. Ela pergunta por onde gostaria de começar o percurso uma vez que havia trabalhos do artista nas

diversas salas de exposição. Eu não sabia. Perguntei como funcionava geralmente a mediação. Ela disse que dependia, não havia um roteiro pré-definido.

Comecei a contar do impacto sentido ao entrar no saguão, alguns dias atrás. “Então, vamos começar lá por baixo”, sugere ela. Diferente das conhecidas “visitas guiadas” que seguem o mesmo percurso independente do visitante, nosso caminho seria definido pelas contingências daquele encontro. A busca não era por informações a respeito do artista e da obra que me permitissem entender alguma coisa. O encontro com Camila era uma aposta em uma prática de mediação-sensibilização, uma busca por um “kit de odores” para um corpo mudo.

Sentamos em silêncio. Camila pergunta sobre a sensação que aqueles corpos evocam. Uma imagem se faz: guerra, um campo de concentração. Mais um tempo de silêncio, apenas ali estar com o eco da pergunta e das imagens. As posições das esculturas variam e fazem ver corpos disciplinados. São doze posições que se repetem em seis dezenas de corpos espalhados pelo saguão. No centro aglutinam-se alguns. Uma cabeça quase encosta em duas pernas. A nuca de um toca os pés do outro. Outra imagem: os corpos estão perto um do outro, por vezes se tocam e, contudo, não parecem estar juntos. Estão indiferentes a presença um do outro. Expressão da indiferença, foi como Camila e eu nomeamos a sensação no encontro com aqueles corpos. Mesmo feitos do mesmo material, dentro de um mesmo lugar, próximos, a relação entre eles era a expressão da não-relação.

Camila chama atenção para um deles, sozinho, parecia jogado ou esquecido sobre os degraus da escada. O peso daquele corpo de ferro maciço garante sua invulnerabilidade. Entre corpo-escada persiste a indiferença. Seguimos nossa visita e a mudez de meu corpo ia se desfazendo no conato com as questões que Camila seguiu fazendo. Com quantos narizes se faz um pesquisador?



Habitar os mapas: da relação entre pesquisadora e os materiais de pesquisa

Habitar aparece encarnado em folhas coloridas, dobradas, rasgadas, riscadas, grampeadas com palavras. Espalhados pela mesa de madeira em meu escritório, entre textos e livros estão os mapas feitos no “Oficinar”¹³. Venho me demorando com eles. Escrevo e vez em quando meu olhar cai para o lado da tela, aterrissa no espesso grafite de uma parede. Retorna às palavras. Os mapas agora habitam minha casa. Quero inclui-los no texto, mas eles tornam-se arredios. É preciso aprender a olhá-los.

Um dia reuni todos bem perto de mim. Enquanto observava cada um, os outros descansavam em meu colo. Chegavam cenas do “Oficinar”. O grupo todo sentado no chão entre os lápis de cor e as canetinhas, o Chet Baker, as risadas algariadas, o silêncio da roda de conversa – uma atmosfera. Vaguei um tempo neste contato. Guardei os mapas embaixo dos textos que estudava, retomando a concentração na escrita. Ainda não tinham chegado as palavras que os carregariam para cá.

Acordei bem cedo para estudar. O dia estava chuvoso, um friozinho raro no Rio de Janeiro favorecia a imersão necessária para escrever. A orientação do dia anterior animava minha decisão de voltar aos mapas ainda soterrados pelos livros e textos. Durante a orientação, Marcia contou despretensiosamente como costumava passar um longo tempo com seus diários de campo, lia e depois voltava e relia. Fui contagiada por esse ritmo ‘ir e vir’ de relação com os materiais de pesquisa. Eu que já estava por desistir dos mapas retornei ao exercício de segurá-los, cobrir a mesa feito toalha de retalhos, encontrar novas disposições para a expressão de cada habitar. Quase um jogo sem regras. Quase uma brincadeira séria. Os detalhes convidavam as mãos a mexer nos mapas-objetos, desdobrar as colagens, levantar as camadas de folhas sobrepostas, espiar por debaixo de uma misteriosa porta.

13 O “Oficinar” desenvolveu-se ao longo de um semestre letivo, com encontros semanais de aproximadamente 3 a 4 horas, tendo a maioria deles ocorrido na Faculdade Escola Angel Vianna (FAV) e na região portuária do Rio de Janeiro. Participaram como oficinas, estudantes de arquitetura, dança, uma psicóloga e uma estudante de comércio exterior, totalizando 12 oficinas. Na posição de oficinas, uma dupla formada por mim e pela arquiteta Iazana Guizzo que realiza sua pesquisa de doutorado na faculdade de arquitetura e urbanismo da UFRJ. O trabalho contou com a orientação das professoras Marcia Moraes (UFF), Soraya Jorge (FAV) e Margareth Pereira (UFRJ).

Os encontros foram divididos em dois módulos, sendo o primeiro destinado ao tema habitar a casa e o segundo ao habitar a cidade. Durante o primeiro módulo os encontros contaram com exercícios de sensibilização corporal, discussão de textos teóricos, desenvolvimento de um exercício que culminou com uma pequena intervenção no habitar de cada oficina e apresentação desta intervenção para o grupo. Formulamos inicialmente, como guias de nosso dispositivo as seguintes questões: “De que práticas o nosso habitar se constitui? Quais os sentidos comumente atribuídos à constituição do território? Criamos hábitos estéticos ou preenchemos a casa de movimentos funcionais?”

O segundo módulo, foi realizado na região portuária do Rio de Janeiro em grupos formados por 3 oficinas com objetivo de conhecer aquela parte da cidade e a partir disto elaborar uma pequena intervenção urbana. A proposta contou com exercícios de exploração do território, formulação de questões a serem feitas para a região, montagem da intervenção, execução e apresentação dos registros para o grupo. Neste módulo nossa proposta foi problematizar como podemos conhecer a cidade privilegiando os encontros como fio condutor da experiência.

Bem como quem sai de casa mas não sem antes, tomar um copo d'água, apagar a luz da cozinha, colocar a chave no bolso; recolhi uma vez mais os mapas. Fui colocando um sobre o outro, ainda envolvida no atento manuseio dispensado aos objetos que nos pedem delicadeza no tato.

Cobri as paredes do escritório com eles. Para cada mapa, uma forma diferente de prender. É porque alguns figuram em um lado da folha apenas, outros frente e verso, ainda outros camadas sobrepostas, e tem também os fragmentados. Fui montando um quebra cabeças desprovido de justo encaixe. Leio em voz alta as palavras escritas nos mapas: “Na cozinha blá, blá, blá, no quarto o barulho dos carros me lembram a Nove de Julho, ainda mais se chove. Hoje, morar não é apenas quarto, sala, banheiro, casa. Morar é cidade. A tarde da casa espera sozinha. A varanda é um pouco de fora dentro. Lavar a mão com sabonete cheiroso do lavabo. Levar o Pedrinho até o elevador – solidariedade com a casa. É sobre o rastro que fico aqui comigo. Na janela acima do sofá senta minha irmã.”

Multiplicidade de sentidos. A casa, ainda que vazia ganha vida na espera. Os ruídos da rua misturam-se com os do interior em sinfonias que compõem cada habitar. As histórias impregnadas em objetos quase inúteis. A solidão e também a convivência. “Canto gostoso da sala, aconchegante para uma leitura desprentensiosa (jornal, revista, etc...)”, lê-se em um dos mapas.

Esse percurso experimentado com os mapas em que as mãos são convocadas a segurar, pendurar, largar, compondo paisagens a serem habitadas, transforma o escritório de minha casa em uma espécie de “oficinar”. E novamente sou lançada a questão sobre a relação do pesquisador com os materiais de pesquisa. E aqui volto ao que Stengers (1989) nos aponta em relação aos princípios de narração no processo de pesquisa. Criação de “sentido lenta e sutil”, avessa a categorizações objetivas, os princípios de narração para serem tecidos requerem uma qualidade de relação com os materiais de pesquisa que Stengers (1989) comparou ao caçador solitário em contraposição a prática de caça da matilha.

Nesta caça solitária uma aprendizagem se desenrola sem que necessariamente o pesquisador perceba. Não mais se servir dos objetos, mas aprender com eles. Ir e vir até que algo possa ser dito em língua mestiça, pois que implica indissolivelmente o espírito humano e o material. (STENGERS, 1989) E é também nesse sentido que

entendo a proposição de MOL (2002) de que o conhecimento é mais uma questão de manejo que de referência.

Aparição

A velha prática de levar canários para as minas de carvão já salvou a vida de muitos mineiros. O gás metano, que frequentemente vaza nas minas, não é percebido pelo homem. Os trabalhadores morriam intoxicados sem possibilidade de escapar.

Para salvar a vida, mineiros costumavam trabalhar na presença de canários. Os canários são afetados pelo gás antes dos humanos. Começam a agonizar. Tremendo, silenciam seu canto. Este tremor silencioso indica o perigo iminente de contaminação ambiental.

Para Didi Hubermann as imagens são como o tremor silencioso dos canários, indicam-nos um perigo. ¹⁴

¹⁴ Retirado da Conferência “Filme, ensaio, poema. A propósito de Pier Paolo Pasolini”, proferida no Palácio Gustavo Copanema – RJ em 24 de maio de 2013.

Intermitência

Mulheres sentadas e silentes. Faz um calor danado. O suor escorre dos cabelos cinza. Um galpão enorme com as máquinas enfileiradas ao lado direito. O ruído ecoa como rádio sem sintonia. Fios empoeirados aninham-se nos cantos. Pilhas de pano azul petróleo são a matéria prima do trabalho executado. Uma parte das mulheres cortam o azul em tiras, deixando-as cair sobre o chão ao lado de seus corpos. As outras dobram a lateral das tiras já cortadas e seguram cuidadosamente o tecido pela ponta a medida que o deslizam através do pequeno vão da máquina. A linha, também azul, torna a costura quase imperceptível.

Converso com uma delas perguntando sobre Cecília, a senhora que procurava. “Não está hoje, parece que internou” responde ela.

Encontro Cecília deitada na enfermaria. Amarrando seus punhos e pés na cama estão as faixas de contenção azuis produzidas na oficina de costura.

Estaríamos nós costurando nossas próprias faixas de contenção?



MÁQUINA POIÉTICA DE RESTOS

Modo oficineiro

Dentro de um transatlântico muitas ondas e ventos do mundo marítimo tornam-se imperceptíveis. Protegidos pelo vultoso casco, a experiência de estar no mar ganha estabilidade e afasta-se dos riscos e do desconhecido. O sal pouco entranha na pele e a maresia não passa a compor nosso olfato. No entanto, em um barquinho de madeira, qualquer marola faz o corpo balançar, vulnerável às forças que compõem o encontro com o mar. A pele é tocada pelos respingos salgados, colorida pelo sol e refrescada pelos ventos que também nos fazem virar. A imagem de uma aventura marítima a bordo de um pequeno barco de madeira foi construída ao longo do “Oficinar” como expressão do gosto pela experimentação que o modo oficineiro implica.

O modo de fazer – a metodologia, isto é o *como* se faz – é o que chamamos de *oficineiro* e não um fazer prático feito pelo corpo físico que se distingue do ato de pensar. A proposição de um modo de fazer oficineiro não partilha do binômio prático ou teórico. A diferença que queremos apontar do modo oficineiro para o modelo está justamente na experiência que se tem ao fazer, o que comparamos, para um efeito de imagem a travessia marítima. Posicionar-se na experimentação requer então disponibilidade para uma aventura marítima que não pode ser regulada por instrumentos insensíveis a temporalidade da experiência. Ou seja, grandes reguladores morais que distinguem e permitem avaliar nossas navegações a partir dos binômios certo e errado, permitido e proibido são substituídos. Em nosso barco lançamos mão de princípios éticos que possam, no lugar dos grandes instrumentos reguladores, favorecer uma atmosfera onde aquilo que conta deixa de ser acertar ou errar, mas, sobretudo, aprender juntos a estar com o outro. Com o sal, com o vento, com as ondas.

Estou nomeando por experimentação uma certa qualidade de experiência, que diz respeito a relação entre saber e fazer. Qualidade associada a deixar-se levar pelo imprevisível que toda experiência comporta. Isso quer dizer, estar disponível para interromper, desviar de saberes constituídos a priori e ao mesmo tempo sustentar fazeres nas brechas do saber, uma espécie de saber-fazer naquilo que está constituindo-se como saber. Essa aposta na experimentação requer abertura para aquilo que está acontecendo, na disponibilidade de ser tocado pelo presente aliado a um cuidado de si inseparável do cuidado com o outro. Ou seja, *oficinar*, na acepção que

estamos propondo, diz respeito mais a um estado, uma qualidade de presença a ser instaurado que a natureza da atividade a ser desenvolvida. Sendo assim, coloca-se em questão o estado de atenção daqueles envolvidos nessas experiências, tanto no lugar de participantes quanto no lugar de oficinairos/pesquisadores. Uma atenção que privilegia processos no lugar dos produtos, percursos no lugar de pontos de chegada, enfim uma atenção que acompanha aquilo que está acontecendo permitindo-se ser guiada pelo caminho.

Essa qualidade atencional exige um saber-fazer. Não basta entender racionalmente do que se trata é necessário praticá-la. De outro lado sua prática implica imediatamente em um saber, mesmo que, em processo de constituição.

Nas oficinas realizadas no projeto “Oficinar” propusemos uma problematização da experiência de habitar a casa e habitar a cidade. Foi, contudo, um modo de habitar a própria oficina performado em gestos, ritmos, silêncios e palavras, aproximações e distâncias que não pode ser previsto por técnicas, instrumentos ou modelos que atribuiu ao trabalho sua qualidade experiencial. Isto que aponta para um trabalho sobre a qualidade de nossa presença – um “estar oficina”¹⁵. Qualidade não no sentido moral de boa ou má qualidade e sim no sentido modal. É nesta modulação de um fazer com o outro que não se confunde com uma técnica no sentido de atender a prescrições específicas que reside a dimensão ética do modo oficinairo. Nesse sentido que o “Oficinar”, ao mesmo tempo em que contava com exercícios preparados envolvendo as práticas do habitar, guardava uma atenção especial ao modo como na singularidade desta experiência os princípios éticos podiam ser operados. Diferente de aplicar um modelo que visa cumprir passos e confirmar pressupostos homogeneizando a experiência; buscava-se operar um modo de fazer que privilegiasse o imprevisível e a tessitura do coletivo como fios condutores dos encontros com o grupo.

Oficinar conjuga confiar

Primeiro tempo: deserto

Abril 1910. Na geografia desértica do sertão brasileiro, uma camisa manchada de sangue balança com o vento. A engrenagem da bolandeira, o pai tocando o boi, a mãe mexendo rapadura no tacho anunciam um tempo contínuo e repetido. Um dia segue-se

¹⁵ Estar oficina é uma expressão que nasceu junto ao grupo ‘Limiar’ quando eu e meu colega de mestrado a época, Sandro Rodrigues, oferecíamos uma disciplina-oficina para o curso de graduação da psicologia, orientados pelo professor Eduardo Passos no ano de 2008.

a outro e o destino está definido. “A gente é que nem os boi, roda, roda e nunca sai do lugar”, disse Pacu, o pequeno. A vida é seca como a terra. São todos filhos de Chronos, fazendo a vida definhando sobre si própria, engolfada por ramos já datados. Imensidão azul de céu sem fim. Nada parece acabar neste continuum. Mesmo a morte chega avisada, dando sequência.

Tonho, filho do meio da família Breves, é impelido pelo pai a vingar a morte de seu irmão mais velho, vítima de uma luta ancestral entre famílias pela posse da terra. Cumpriu sua missão e sua vida está partida em dois: os 20 anos que ele já viveu, e o pouco tempo que lhe restará para viver. Ele será então perseguido por um membro da família rival, como dita o código de vingança da região.

A paisagem é árida, o aprisionamento das vidas naquele pedaço de chão perdido no sertão, lá onde nada acontece e tudo já está pré - determinado. Mesmo os bois passaram a girar sozinhos fazendo seu torturante trabalho sem necessidade de serem forçados. Neste lado parece não haver como escapar, é preciso cobrar o sangue de homem para homem. “Você sabe o que deve fazer” é palavra repetida inúmeras vezes. Quando Pacu pede ao irmão que vá embora e não cumpra o destino previsto, leva um tapa do pai e tomba. A mãe só faz rezar e testemunhar a vida em acabamento. “Não resta quase nada aqui.” Restam a vingança e a honra, forças destruidoras e mortíferas. Aqui a morte e a destruição não derivam de forças ativas mas são elas próprias que sustentam o mesmo em repetição. Matam e destroem para manter e não transformar.

Dizemos que a morte pode se fazer força ativa, como finitude e novo começo. Esta morte que aniquila a verdade, a constância, a previsibilidade, a certeza, a eternidade, o sujeito como portador de essência fundamental, o eu. A morte da “[...] obsessiva vontade de totalização, que persiste em orbitar em torno dos antigos universais: o sujeito, a consciência, a pessoa, o homem” (GIACÓIA, 1993, p.356). Essa morte é aquela por onde a vida insistentemente escapa e se faz e se cria. Uma morte que na sua presença é afirmação da vida. Diferente são as mortes em *Abril Despedaçado*.¹⁶ Sustentando o tempo cíclico da vingança não afirmam a vida mas a repetição que só faz definhando. Morre-se sucessivamente sem que nenhum mundo se desfaça.

¹⁶ ABRIL DESPEDAÇADO. Walter Salles. São Paulo: Imagem Filmes, 2002.

Outros tempos: circo

Era uma vez, mas eu me lembro como se fosse agora, eu queria ser trapezista. Minha paixão era o trapézio, me atirar lá do alto na certeza de que alguém segurava minhas mãos, não me deixando cair. Era lindo mas eu morria de medo. Tinha medo de tudo quase, cinema, parque de diversão, de circo, ciganos, aquela gente encantada que chegava e seguia. Era disso que eu tinha medo, do que não ficava para sempre.

Antonio Bivar

Um balanço de longas cordas na árvore. Uma criança com olhar inaugural a interrogar porque as coisas não podem ser diferentes. A cumplicidade dos irmãos. A chegada de “Riso da Terra”, pequeno circo itinerante. Sereias com o mar, histórias imaginadas por Pacu a partir do livro presenteado pelos artistas perfuram a terra árida fazendo nascer outros mundos no sertão. No ritmo mortífero aparecem outras cadências. Um segundo plano vai se engendrando nestas pequenas rupturas, em gestos que desafiam o massacre operado pelo real. O livro de Pacu lhe é arrancado pelo pai esbravejando: “Largue isto menino e volte para seus afazeres.” A imaginação é perigosa.

Em uma fisgada do meio do nada, como uma lufada de ar sem origem aparece a moça do circo. O olhar de Tonho é de encantamento. Não apenas pela beleza da moça mas especialmente pela possibilidade de mundo que carrega em uma carroça onde viaja com seu parceiro fazendo circo. O desconhecido ameaça a suposta eternidade homogênea do tempo. Abre-se uma fresta de indeterminação no pequeno intervalo que separa Tonho do conhecido fim.

O risco maior, consiste, segundo Proust, na nossa propensão a passar ao lado dessa “vida verdadeira”, que jazia no signo casual e ocasional, por intenção, por preguiça, por covardia e, aí sim, o perigo de sermos surpreendidos pelo acaso maior, a morte, antes de termos sequer suspeitado dessa outra vida, dessas outras vidas (GAGNEBIN, 2009, p. 154).

O circo vai pra Ventura e Tonho entrega-se ao caminho incerto subindo na carroça. Um ato de confiança. Mas confiar em que? Os andarilhos circenses nada lhe podem garantir. Estão na estrada. Não dispõem nem mesmo de teto para dormir.

Confiar na potência de um encontro não se confunde com a ideia de completude, identidade ou convergência de interesses e finalidades. Não se trata de confiar em um resultado específico. As alianças fundadas na confiança não se sustentam na identidade de um estado de coisas ou de representações de um futuro, mas em zonas de indeterminação que nos lançam em trajetórias inventivas (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2013 p. 284).

O modo de vida circense é errante. Baseado no nomadismo enquanto ocupação do espaço aberto e indefinido e marcado pelos traçados que se desmancham e se deslocam à medida que um novo percurso se esboça. A abertura que o circo traz contrasta com o ritmo linear de Chronos, lembrando que o tempo é múltiplo. Não somente Chronos, concepção linear que induz falsamente a aparência de causalidade. É também Kairos, tempo oportuno, da ocasião, que se pega ou deixa, do não previsto e do decisivo. (Gagnebin, 2006, O método desviante). Kairos, é pois, o tempo do circo por excelência. Aberto ao instante oportuno em que se realizará o salto, quando será lançada a bola de fogo ou quando a perna do trapezista dá o próximo passo.

É justamente esta abertura ao incerto e imprevisível em contraste com um mundo que girava sem sair do lugar que comporta a confiança. Paradoxalmente, é apenas frente a um mundo indeterminado que podemos falar em confiança. A indeterminação é o meio em que a experimentamos. Que sentido teria a confiança em uma vida assegurada e previsível? “A confiança é tanto mais necessária quanto mais incerto é esse mundo, e vice-versa: quanto mais confiança, mais nos arriscamos no indeterminado.” (PELBART, 2013, p. 319)

Costumamos tomar a confiança ligada ao êxito, ao assegurado sucesso. Não a toa, empresas seguradoras costumam levar este nome. Igualmente na publicidade encontramos com frequência a utilização da confiança. “Neste você pode confiar” Como se o tempo da confiança fosse o tempo imperativo da propaganda, diz-se: Confie! No entanto, “os dispositivos precisam cultivar a confiança, pois confiança demanda tempo, temporalidade na qual se estabelece a sintonia afetiva e o engajamento que nela se baseia” (Pistas 2, p. 292). A confiança que vende e faz vender no capitalismo contemporâneo está colocada em um âmbito pessoal sendo promessa de êxito.

No texto *O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir*, os autores apresentam um sentido pragmático de confiança quando importa menos o que ela é e mais o que ela performa. Seguindo William James dirão que o *ethos* da confiança aumenta nossa potência de

agir a medida que opera abertura ao plano da experiência. Ou seja, a confiança ligamos ao mundo, é vital.

Desvinculando seu sentido ao de sucesso, confiar aparece como uma crença que sustenta a coragem de agir quando é a própria ligação com o mundo que passamos a temer. Empresas seguradoras multiplicam-se na mesma medida em que se produz medo por toda parte. Convivemos com câmeras de segurança que agora surgem em nova versão. São objetos plásticos, não produzem imagens. Escancaram o controle e gestão da vida a partir da sensação de que estamos sendo filmados. Torna-se irrelevante o fato das câmeras serem meras peças plásticas quando sua função está menos ligada ao registro de cenas que a produção desta sensação vigilante produzindo corpos vigiados ainda que sob a eficiência de câmeras inoperantes.

Como mostrou-nos Foucault é a mudança da lógica repressiva para a produtiva incrustada no exercício do poder. O medo e a insegurança tornaram-se alicerces eficazes nos mecanismos de controle social e atingem diretamente a todos. Diante do sentimento de insegurança, de que não estamos suficientemente protegidos são conclamadas ações mais eficazes para a contenção da violência. O capitalismo contemporâneo produz medo para vender confiança.

Medos os mais diversos. Medo de perder a segurança, um estatuto e uma identidade bem definidas. Medo de ir e nunca mais voltar. Medo do que possa acontecer. Medo de polícia, medo de bandido, medo de bala perdida. Mas, nos dias atuais nos quais a cidade torna-se cada vez mais o lugar do perigo, das ameaças, de território conflagrado – repita-se: espetaculares imagens midiáticas e risco real – quiçá o medo maior, denominador comum de todos, seja mesmo o de perder a vida – zoé, ou a vida biológica -, mesmo que para isso seja necessário que se perca a vida – bios, ou modos de vida. (MIZOGUCHI, 2007, p. 33)

Temer é palavra de ordem, configurando uma determinada política de relação com o outro: o outro é perigoso e precisamos dele nos proteger. Diferente de Guimarães Rosa quando diz “Viver é muito perigoso” ou do perigo que Huberman atribui as imagens, a sensação de perigo produzida como mecanismo de controle social reclama por proteção. Já quando falamos com Guimarães Rosa de um viver perigoso o que está em jogo é a disposição para viver sem segurança, sem certeza, fazendo da vida mais uma experimentação - um risco - que a defesa da zoé.

Crença laica, a confiança não se confunde com a fé religiosa. Imanente, não está a serviço de um outro mundo para além deste, mas da criação de outros mundos neste mundo. É a crença na arte, na paixão, na ação, neste mundo que não está dado, totalizado, mas se fazendo sem cessar, ou como diz Pelbart (2013) “em vias de fazer-

se”. Neste sentido, diz Lapoujade (1997), a confiança é a condição para qualquer ato de criação.

Não basta saber que o mundo está aí diante de nós, e que nele estamos incluídos, e que acreditamos em nossos sentidos que nos indicam a existência do mundo. É preciso ainda que esse mundo dado contenha o possível, e que o possível extrapole o real. Portanto não é tanto o mundo físico, de cuja existência nós já não duvidamos, mas um mundo grávido de possíveis do qual suspeitamos, um mundo com o qual se possa agir a fim de criar o novo – é essa a crença que está abalada (PELBART, 2013, p. 320).

Mas qual seria a importância política da confiança como aumento de nossa capacidade de agir neste mundo em que não paramos de agir?



Do poético e do funcional

Molhar as plantas

lazana conta que há muito tempo gostaria de incluir o cuidado das plantas em sua vida. Na casa em que morava com amigos, suculentas, orquídeas, boldo, roseiras davam à varanda uma atmosfera de quintal. O cuidado com as plantas era realizado por um dos amigos também morador da casa. Ela, algumas vezes, molhava, trocava um vaso de lugar, mas não conseguia se dedicar às plantas como gostaria. O amigo chegou a presenteá-la com babosas que, dentro do banheiro privativo de que ela dispunha na casa, acabaram morrendo. Foi quando se mudou, e novamente ganhou plantas de presente, que pôde iniciar o cultivo, relação marcada pela percepção de uma nova folha nascente, da necessidade de um vaso mais espaçoso para as raízes, das diferenças entre o calor e a quantidade de água necessários a cada espécie. Percebeu também que algumas vezes molhava as plantas como mais uma tarefa em sua rotina, já pensando na próxima coisa a fazer. Outras vezes, molhar as plantas expandia o tempo. As gotas equilibradas na ponta de uma folha, a água escorrendo no suporte, a afinidade entre o manjeriço e a hortelã que na mesma floreira cresciam como nunca. Estar com as plantas era uma aprendizagem que lhe convocava a um estado-planta atravessando aquela atividade marcadamente humana de regá-las. O estado-planta imprime um ritmo mais lento em seu corpo na justa medida em que suspende o regime de urgência que insiste em instalar-se em seu cotidiano. Nesse sentido, a lentidão do estado-planta não está em oposição à rapidez e sim ao regime de urgência que, para além de sua vontade e a despeito de sua percepção, se estabelece.

Tomar banho

A brincadeira e a imaginação que marcavam meus banhos na infância desapareceram tão logo a limpeza do corpo passou a dominar os banheiros de minha casa. Embora alguns raros banhos escapassem ao sentido da higiene – baixar a temperatura do corpo quando estivesse febril, aquecê-lo no frio ou dissolver as tensões musculares - no mais das vezes, era à limpeza corporal que o banho destinava-se. Quando iniciei os trabalhos de consciência corporal a prática de banhar-me começou a despertar sensações que mobilizaram a memória e a curiosidade em relação aos diferentes sentidos que os banhos ganham, não apenas na vida de cada um, como também na história desta prática ao longo do tempo. Escorrer a coluna com água deixando-me contagiar pela fluência, pelo contraste do molhado, e escorregar pensamentos junto às gotas que preenchem minuciosamente a pele encharcada. No

curso de minha história, a possibilidade de experimentar o banho não mais apenas como disciplina da higiene, mas como momento privilegiado de abertura para as sensações que o contato do corpo nu com o escorrer d'água permite, marca as modificações sensíveis no cotidiano que os trabalhos corporais vinham operando.

Uma intuição inicial, advinda de matéria empírica, faz-nos interrogar nossas práticas a partir de duas modalidades: poiéticas e funcionais. Dois exemplos extraídos de experiências pessoais – molhar as plantas e tomar banho - indicam que as diferenças entre poiético e funcional não se assentam na natureza das práticas e sim naquilo que constitui distintos *modus operandi*.

O modo funcional seria aquele movido por um objetivo preciso a ser alcançado, quando a atenção está voltada a esta finalidade. Cumprindo etapas a priori definidas, o fazer obedece a um certo automatismo onde o que está em jogo é cumprir uma tarefa. Quando regidos por esta modalidade, no mais das vezes, nossa atenção exercita-se para não se deixar distrair com desvios que retardariam, perturbariam ou quiçá impediriam o final preconizado. Nesse sentido a qualidade atencional experimentada na modalidade funcional está pouco vulnerável ao presente.¹⁷

Na outra ponta encontramos o modo poiético. Tal como o funcional pode igualmente ter um objetivo a ser alcançado. A diferença entre eles estaria – no caso do poiético - na subtração do objetivo final como único provedor de sentido a experiência. Neste caso a atenção está disponível ao percurso engendrado mais pelo deixar-se levar que por etapas lineares e garantidoras de um objetivo final. Aqui o desvio comparece afastando-nos do automatismo e da arbitrariedade do produtivismo. Ou seja, na modulação poiética no lugar de evitar os desvios o exercício da atenção será no sentido de acolhê-los como matéria perturbadora do já dado. A poiética é ontológica, já que implica na criação de formas, incessante fazimento. É o elemento que desregula a máquina de suas funções habituais. Acostumada a visar o melhor desempenho pela reprodução, precisão, exatidão, agora a máquina, associada à poiese perde funcionalidade, pois cria formas sempre díspares, imprevisíveis e inúteis.

¹⁷ O presente aqui não se refere a assunção daquilo que já está dado mas a presença naquilo que está se dando.

Estas duas modalidades estão entrelaçadas. Entro para tomar um banho rápido. Inesperadamente a experiência desvia-se do automatismo imprimindo uma sensibilidade ao contato do corpo com a água, povoando o banhar-se de outros sentidos que não mais apenas o da higiene. Molhando as plantas, o vento traz o perfume da terra umedecendo o tempo. Nesse sentido estas duas modalidades não podem ser escolhidas racionalmente por parte do sujeito. Não se trata de tomar uma decisão por realizar práticas poéticas ou funcionais. Podemos cultivar uma disponibilidade, uma atenção para que a vida deixe-se interromper, surpreender, distrair-se. Nas palavras de Latour (2007), exercitar uma certa disponibilidade para ser movido, deslocado, efectuado por sutis diferenças. “Eis a agudeza que predica a escolha. Afinal, colocar em jogo o acaso não implica em uma posição de indiferença – no qualquer um. Mas antes, na imprevisibilidade, no luto do controle e, sobretudo, na criação cuidadosa do movimento atento àquilo que “acontece”, ao que pode “irromper” (RODRIGUES, 2012, p.68)

Se é certo que as duas modalidades estão imbricadas e que uma pode irromper na outra a qualquer momento nosso problema coloca-se a medida que o modo funcional tem soterrado a poética. Auscultamos uma tendência. Não natural, senão que forjada em nosso capitalismo contemporâneo. Se não duvidamos da necessidade das práticas funcionais para que a vida siga, a redução da vida ao seu sentido funcional concorre para sua falência.

Mostrou-nos Foucault que em nosso contexto biopolítico não cabe mais ao poder fazer morrer, mas sobretudo gerir a vida. O poder investe a vida, incitando, reforçando, vigiando otimizando as forças vitais que ele submete. Hanseníase, Minha casa, minha vida, transtorno bipolar, impostos, wi-fi, eutanásia, guarda compartilhada, cadeira ergonômica, vacinas, balada segura, redução de IPI, Plataforma Lattes, ecobag, tornozeleira eletrônica. Reina a biopolítica, em que a vida natural do homem toma parte nos mecanismos e cálculos do poder, vertendo estados de exceção¹⁸. Do “Estado territorial” ao “Estado de população” direito, violência e Estado reinam plenamente aceitados. Amplamente estiradas estão atualmente as malhas do Estado.

“Como bio-poder, o Estado moderno inclui a vida biológica - tanto ao nível individual dos corpos adestrados pelas disciplinas, como no registro genérico das populações, cujos ciclos vitais de saúde e morbidez, natalidade e mortalidade, reprodução, produtividade e

¹⁸ Estado de exceção definido como “uma zona de indiscernibilidade entre lei e vida”. E o poder soberano não limita-se a mera suspensão da situação jurídica, expande-se no trânsito entre dentro e fora (AGAMBEN, 2010, p. 64).

improdutividade, devem ser calculados em termos de previdência e assistência social. É desse modo que, com a bio-política, a antiga soberania régia (que se encarnava no poder do monarca de fazer morrer e deixar viver) se converte num poder de *fazer viver e deixar morrer*. Mas nem por isso aquela violência congênita ao efetivo exercício do direito de vida e de morte se encontra derogada pela bio-política e pela racionalidade do estado contemporâneo” (GIACÓIA, 2008, p. 285).

A emulsão entre justiça, Estado e governabilidade atinge o apocalíptico controle dos corpos tornados nus, matáveis e insacrificáveis. O Estado exerce sua vocação nata à violência promovendo a licitude das matanças, produzindo a irrelevância política de vidas descartáveis.

Estado alicerçado na indissociabilidade entre violência e direito. Nenhuma surpresa diante do berçário situado em plena Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Naquele local, mulheres cumprem pena juntamente com seus bebês até que estes completem um ano e sejam definitivamente apartados de suas mães. Ora, “um dos paradoxos do estado de exceção quer que, nele, seja impossível distinguir a transgressão da lei e a sua execução, de modo que o que está de acordo com a norma e o que a viola coincidem, nele sem resíduos” (AGAMBEN, 2010, p. 62).

Na esteira de Foucault, Agamben apresenta-nos uma outra imagem para o biopoder contemporâneo: o sobrevivente. O poder agora não se ocupa mais de fazer viver ou morrer, mas de fazer sobreviver. (PELBART, 2013) O sobrevivente de Agamben não é o vaga-lume de Didi Huberman. Para pensar essa sobrevida, Agamben parte da figura do “muçulmano” encontrada nos campos de concentração e extermínio da segunda guerra. Eram designados muçulmanos aqueles homens que embora ainda não estivessem mortos, já não estavam mais vivos. Indiferentes a tudo que os rodeavam, tinham desistido.

O assim chamado Muselman, como era denominado na linguagem do Lager, o prisioneiro que havia abandonado qualquer esperança e que havia sido abandonado pelos companheiros, já não dispunha de um âmbito de conhecimento capaz de lhe permitir discernimento entre bem e mal, entre nobreza e vileza, entre espiritualidade e não espiritualidade. Era um cadáver ambulante, um feixe de funções físicas já em agonia. Devemos por mais dolorosa que nos seja a escolha, excluí-lo de nossa consideração (Amérie apud AGAMBEN, 2008, p.49).

Se o muçulmano é uma figura criada em meio ao poder nazista, no biopoder contemporâneo podemos igualmente encontrar existências reduzidas a sobrevida

biológica, vida reduzida a Zoé. Zoé¹⁹ que é agora o fundamento da legitimidade soberana²⁰ do Estado. Tanto nas salas de terapia intensiva nos hospitais quanto em Guantánamo, na África ou nas chamadas Cracolândias aqui no Brasil. Como precisa Agamben,

Aquela vida nua natural que, no antigo regime, era politicamente indiferente e pertencia, como fruto da criação, a Deus, e no mundo clássico era (ao menos em aparência) claramente distinta como zoé da vida política (bios) entra agora em primeiro plano na estrutura do Estado e torna-se aliás o fundamento terreno de sua legitimidade soberana (2010, p. 134).

Mas não nos enganemos, a Zoé não está apenas na figura extrema do muçulmano ou nessas situações-limites emblemáticas da produção de sobrevida nos dispositivos biopolíticos da contemporaneidade. De certa maneira mesmo que bem alimentados, bem vestidos e gozando de liberdade, a condição de sobrevivente entranha-se em nosso cotidiano. Corre-se de um lado a outro, age-se com um rendimento considerável e o sentido parece escorregar entre os dedos. O produtivismo encarcera o pensar e o fazer em metas a serem cumpridas. Ações em saúde são avaliadas pelos objetivos finais alcançados e os percursos com seus modos de fazer são desprezados. Na academia toda produção de pensamento parece poder ser medida com a proliferação de índices de avaliação em um sistema capitalista-mercantil-concorrencial, como chamou Gagnebin (2006). A máquina ostenta suas pretensões totalitárias. E nós nos contentamos em não lhe oferecer o sabor de vitória. Não nos damos como vencidos por completo. Pois agir como vencidos “é estarmos convencidos de que a máquina cumpre seu trabalho sem resto nem resistência. É não ver mais nada” (DIDI-HUBERMAN, 2014, p. 42).

Meu corpo sadio morre a cada dia, assim como o sobressalto da palavra exata. “Moribundos, todos nós o somos, a cada instante, somente por afrontar a condição temporal, a extrema fragilidade de nossos “lampejos” de vida” (DIDI-HUBERMAN, 2014, p. 139).

Palavras expelidas, ora aos borbotões, ora a conta-gotas, provêm da invisibilizada zona claudicante em que residem os emudecidos antepassados escravos, as bisavós

¹⁹ Os gregos utilizavam dois termos distintos para o que queremos dizer com a denominação vida. Zoé designava a vida biológica, o simples fato de viver, comum a todos seres vivos. Já bios exprimia o modo próprio de um indivíduo ou grupo viver, a vida política, a vida qualificada. (AGAMBEN, 2010, p. 09).

²⁰ A soberania está simultaneamente dentro e fora do ordenamento jurídico. O soberano é aquele que pode, em qualquer tempo, decretar o estado de exceção. A exceção é a estrutura da soberania, “a estrutura na qual o direito se refere à vida e a inclui em si através da própria suspensão” (AGAMBEN, 2010, p.35).

apedrejadas, os loucos ramos vizinhos acorrentados. Sim, é da zona nua, da vida matável sem honrarias que escorrem palavras impensáveis. A porção *homo sacer* espalha as feridas pela superfície (AGAMBEN, 2010, p. 116).

Podemos dizer que a maior parte de nossa vida corrente dá-se em modo funcional. Movimentos que só podem desenrolar-se a partir da crença que permite prever e seguir sem verificação. Por exemplo, vamos abrir a porta de casa. Pegamos a chave e colocamos na fechadura. Aceitamos que é uma chave e que abrirá a porta, sem necessidade de verificação de seu mecanismo. São crenças sólidas, já estabelecidas, fundadas no hábito. Mas há também um outro tipo de crença que nos dispõem a agir. “Quando a crença toma o risco e se aventura no indeterminado, para que ela se sustente é preciso que repouse em uma confiança prévia. O problema é ter confiança em nossas motivações, em nossas capacidades e, mais profundamente, no devir do mundo em que se as vai realizar [...] A indeterminação é o meio em que a confiança surge, em que se experimenta, em que nossa prática se desdobra em criação” (PELBART, 2013, p.319). Em seu sentido forte a confiança não pode ser tomada como aumento da capacidade de agir pela capacidade de agir. Como dissemos, agimos todos e até o suficiente. Mas qual o sentido desta agencia? Prática poética que como sobrevivência é vaga-lume, resto de brilho fraco, desfazendo continuidades previsíveis?

estado de confiança

Nosso encontro, bem como os percursos entrecruzados – transcursos - na psicologia, arquitetura e dança nos são muito caros e espreita-nos o risco de perder a consistência da experiência em uma dispersão vazia. Nossa aposta não ganha contorno nas modalidades de disciplina que havíamos experimentado na psicologia, na arquitetura ou na dança. Nem bem uma aula de dança, nem bem um ateliê de projeto, nem bem uma aula de psicologia. Ao mesmo tempo é com essas experiências e entre elas que vamos afinando um modo de relação com o conhecimento, com o mundo e com nós mesmas. Nessa relação o conhecimento se faz como experiência de transformação de si e do mundo. Uma política cognitiva que se afasta da representação para ganhar o plano da experimentação. Não nos propomos a realizar uma oficina terapêutica através da dança ou um atelier de projeto arquitetônico. A modalidade oficina guarda um grau de indeterminação que nos ajuda a montar nossa quimera. (registro em caderneta de anotações)

É neste e com este indeterminado que afinamos esta pesquisa. Partimos. Como uma língua antes da primeira língua. Como um passo atrás antes do primeiro passo. Sem olhar para trás, conter o atrás. Ser contido nele. Dar continência a isso que quase não sabemos e, no entanto, é presença. Dimensão da pesquisa que requer

sustentação sem resolução. Por vezes ofega a pele, esquentando a respiração, alegrando as vísceras e parece que tão perto estamos.

E desde este lugar se escreve. Nem por capricho de palavras tampouco por tagarelice. Escreve-se para tornar a fiar. Movimento sinuoso. Fios heterogêneos, enovelados requerem atenção. Os espaços põem-se em silêncio para melhor recebê-los. Silêncio da receptividade, ativo e curvo, pois que acolhe a exigência da criação. Silêncio ambíguo, parte do que recebe e do que dá. Físico e móvel seus ruídos estão abaixo da linha audível mas podem tornar-se ensurdecedores com tamanha força que podem tomar. Trata-se do silêncio de um corpo sendo germinado, dos ruídos deste embate e desse esgarçamento vital.

Uma brisa quente suspende a cidade, até que se pode ouvir o trabalho dos mineiros, aproximados do caminhante e do pulo das crianças. Novamente um murmúrio que se desdobra em pausa, sílaba e parte sem que se possa mais agarrar. Deitar e se levantar não resolve. O fio está sempre lá, embora aqui as vezes se perca. Fio estendido, rente ao chão, tanto mais tátil quanto invisível. O ouvido se alastra para escutá-lo. “Trata-se de uma linha de força, silenciosa e imperceptível, que passa a guiar a investigação. Ainda que difusa e sem vir articulada em palavras e proposições precisas, ela porta, pela direção que indica, uma sensação de abertura de um novo campo e um impulso para ir mais longe.” (KASTRUP; PASSOS, 2013 p. 276)

Linha e mãos orquestram a entrega. O que saberão elas daquilo que está sendo fiado, além da tensão, do aperto e afrouxamento, da necessidade do próximo ponto, da junção e da distância? Fiar requer entrega e atenção, abertura e presença. Tempos díspares, imagens inconclusas, verbos interrompidos são fiados nesta trama oficinaira. Texto significava para os romanos, aquilo que se tece. (BENJAMIN, 1996, p. 37). O desafio está em criar condições para a emergência de um texto pulsante que em suas agitações permita choques, encontros e fusões. Como um tecido vivo, “o texto se faz, se trabalha através de um entrelaçamento perpétuo; perdido neste tecido – nessa textura o sujeito desfaz-se, como uma aranha que dissolvesse a si própria nas secreções construtivas da sua teia” (BARTHES, 1973, p.112).

A escrita não será a representação de um conteúdo em que basta encontrar a forma de expressão para o outrora concebido. Em princípio, enunciar para, a seguir, ver e ouvir por meio da linguagem. Será necessário ir até as últimas consequências, suspender a hegemonia da frase, rasgar sua perpétua hierarquia. Para exercitar a liberdade, será preciso desestabilizar pactos linguísticos, contestar a frase como modelo do texto, fazer jato com as palavras (BARTHES, 1973).

Esta pesquisa poderia pretender fazer história, documentar ou analisar, entretanto, ambições desta ordem adquirem status acessório. A proposta aqui apresentada tem como principal finalidade viabilizar a criação, esboçando vidas possíveis e experimentando assim um modo de existência criador. Foi esse o fio condutor da empreitada, tendo por premissa que “um modo de existência criador é o único capaz de problematizar a si próprio e viver a existência como problema e o pensamento como intensidade” (FARINA; FONSECA, 2010, p. 321).

Elegemos este caminho por necessidade. Certamente há outros, mais curtos, simples, econômicos. Para empoeirar-se não basta qualquer escrita, é preciso dispor o corpo todo. Como diz Clarice Lispector: “Não, não estou falando em procurar escrever bem: isso vem por si mesmo. Estou falando em procurar em si próprio a nebulosa que aos poucos se condensa, aos poucos se concretiza, aos poucos sobe à tona – até vir como parto a primeira palavra que a exprima” (apud GULLAR; PEREGRINO, 2008, p.19).

Lucciola

Duas crianças voltam da escola acompanhadas de seus pais. Correm e brincam pelas ruas. O chinelo de uma delas arrebenta. Os pais ficam sem saber o que fazer, o caminho até em casa ainda é longo. Sem esperar, a outra criança tira um de seus chinelos, pega o amigo pela mão e os dois saem pulando em um pé só.



Roda

Roda. O corpo toma seu tempo, seu espaço. Levamos atenção à respiração. Deixamos o peso ceder no chão. Abrir as escápulas e deixar o cheiro da chuva percorrer. Zoe é francesa e nada entende do que estamos dizendo. Toco sua cabeça. “E aí eu pensei: não estou excluída do grupo”, conta-me ela. Fiquei surpresa. Não lembro deste gesto. Lembro-me que ao nos depararmos com a presença de estrangeiros nas oficinas começamos a falar mais pausadamente. Mas foi o toque em sua cabeça, gesto mudo, desprovido de intencionalidade, que configurou um plano de pertencimento em um código estrangeiro.

Pertencer sem tornar-se o mesmo. Habitar pela diferença. Casa coletiva.

Pátio aberto aos encontros entre dessemelhantes, que não pretendem fundir-se numa família de iguais. Um aglomerado vazado, de cômodos articulados, de entradas e saídas múltiplas. Uma matéria viva compartilhando experiências com quem nela circule, provendo a todos com uma espécie de manto que aninha sem sufocar. Manto que não acaba nunca de ficar pronto, porque as linhas vão se desgastando, pela força do uso arrebentam, e desanda aquele complexo desenho que ali se inventava em conjunto. Então se começa a amarrar tudo de novo e sempre de um outro jeito, compondo uma nova urdidura singular. (PRECIOSA, 2010, p. 41- 42)

A roda é uma espécie de casa coletiva, aninha sem sufocar. Convida, instiga, convoca ao oficiar. Aversa a hierarquias, lateraliza. Descentraliza multiplicando vetores de ligação. Contorna um vazio prenhe de possibilidades tanto ausentes quanto concretas. A roda tece com o acontecer. Nossa roda é errante, gira sem direção pré-definida, não obedece ordens mas antes afetos. Nela encontramos uma forma. O círculo, o redondo, estes que aninham. É possível fazer dimensão, habitar o aconchego das bordas, instaurar um mínimo território. Pela roda giram histórias, passam cantos, cultiva-se o fogo e o vento. Em roda dançamos, trocamos alimentos e partilhamos rituais. A roda faz memória em nosso corpo.

Se por um lado a roda configura uma forma, por outro, incita atitude, um posicionamento. Estamos *na* roda, estamos *em* roda. De lançar-se no encontro deste redondo vazio. De ausência estratégica estar na tática, na tátil escuta quando poderá criar-se um plano de composição. Digo poderá, uma vez que não há garantias. Há uma aposta. A tática é sempre local, contingente. As estratégias formulam-se a partir de um olhar que observa, podendo assim “prever, antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço” (CERTEAU, 1994, p.100). Os saberes estratégicos e táticos diferem-se uma vez que a estratégia é ancorada em poderes estabelecidos que a sustentam ao passo que

as táticas aparecem no meio da rede de poderes estabelecidos criando modos singulares de luta, saber mudo – poder errante. Mudo porque se insinua entre as palavras. Errante porque opera desvio e desaparece sem deixar rastro. Operar taticamente equivale a extrair a dimensão única daquilo que nos acontece, enquanto que a operação estratégica fabrica modelos de ação. Fazer a roda acontecer é uma operação tática.

Nossa roda não fecha-se em si, ligada, como navio - um pedaço de espaço flutuante - ao infinito do mar. Foucault (2013) mostra-nos, em uma breve história dos espaços a passagem que experimentamos desde a localização, passando pela extensão e atualmente o posicionamento. “Estamos em um momento em que o mundo se experimenta, acredito, menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do que como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama” (FOUCAULT, 2001, p. 411). Nesse sentido, dizemos que nos interessa tanto estar *na* roda quanto estar *em* roda. Estar na roda significa localizar-se em uma forma. Estar em roda remete-nos a atitude, a uma rede de relações implicadas nesta posição. Evocamos a roda na sua potência heterotópica, não para um sentido nostálgico de utopia perdida.

Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécie de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. (FOUCAULT, 2001, p. 415)

Oficinar não se explica

Explicar é uma política pedagógica que supõem a incapacidade de aprendizagem do outro. Esta lição ensinou o senhor Jacotot e o senhor Jacques Ranciere. Senhor Jacotot, francês, viveu no início do séc XIX. Como mestre passou a ensinar aquilo que não sabia. Senhor Jacotot estava exilado em Louvain e chamado a ensinar deparou-se com o seguinte problema: ele ignorava o holandês enquanto os estudantes nada sabiam de francês. Não havia uma língua comum que possibilitasse a comunicação. Movido por um “empirismo desesperado” propôs aos estudantes a leitura de uma edição bilingue do *Telêmaco*. Passado um tempo, solicitou aos estudantes que escrevessem em

francês o que pensavam do que haviam lido. Foi então com surpresa que verificou que os alunos, sem nenhuma explicação da língua francesa, saíram-se muito bem na tarefa.

A ordem explicadora performa a distância entre um estudante e um livro, entre um estudante e um texto, entre um estudante e uma obra de arte, ao mesmo tempo em que abole tal distância a medida em que coloca-se a explica-los. Ou seja, a explicação propõe e sustenta uma hierarquia entre o sábio e o ignorante. É reservado ao sábio ensinar ao ignorante aquilo que julga importante saber do livro, do texto ou da obra de arte. Nesse sentido, a explicação não aposta na multiplicidade de aprendizagens, traça linha reta entre a matéria e o aprendiz, mediando esta relação.

A experiência de Jacotot e outras diversas aprendizagens realizadas ao longo de uma vida, a aprendizagem da língua materna, por exemplo, mostra-nos que a capacidade de aprender pode prescindir da explicação. Não está em questão aqui apenas métodos pedagógicos mas sobretudo políticas pedagógicas.

No alvorecer da marcha triunfal do progresso para a instrução do povo, Jacotot fez ouvir esta declaração estarrecedora: esse progresso e essa instrução são a eternização da desigualdade. Os amigos da igualdade não têm que instruir o povo, para aproximá-lo da igualdade, eles têm que emancipar as inteligências, tem que obrigar a quem quer que seja a verificar a igualdade de inteligências (RANCIÈRE, 2002, p. 11).

Carta a um aprendiz

Quando aprendeu a caminhar?

Não sei responder exatamente.

Poderia anotar em um daqueles álbuns que vão construindo uma história identitária através de informações sobre fases do desenvolvimento consideradas importantes. Parecem livros inocentes, naquele tom de rosa ou azul bebê. Na capa, o nome da criança e na primeira página os dados do nascimento: peso, altura, signo, onde nasceu. Seguem registrando o primeiro suco, a primeira fruta, os primeiros passos, quando balbuciou mamãe pela primeira vez... Não sei quanto tempo esses álbuns de papel resistirão ao facebook. Quando puderes ler, talvez esses álbuns tenham se tornado antiguidades onde podemos ler um tempo, além das informações sobre um indivíduo. Sim, os objetos, nos mostrou Walter Benjamin contam-nos histórias. Os objetos não são inocentes. Podemos deles extrair modos de viver. No caso destes álbuns que lhe falo, um modo de construir a memória desde o nascimento.

No lugar desta memória continua e bem organizada em que os eventos seguem em evolução, escrevo-te estas cartas. Parece-me que com elas torna-se mais possível uma memória viva, menos informativa. A operação da linguagem ora plena de códigos e regras, ora rasgada por testemunhos, pela arte e pela loucura, faz do outrora infante, homem falante. Deslizando entre o grande arquivo e o gesto testemunhal, homens empunham papel e caneta, envelopes e selos, seja como remetentes ou como destinatários do que ainda resta ser dito.

Encontrar um ponto de mínimo equilíbrio em cima dos pés para dar alguns passos não era experiência garantida. A cada

dia vivia-se uma experimentação arriscada. Você oferecia aos pequenos passos a brincadeira contagiando a aprendizagem. Corpo cambaleante, tão forte tão frágil. A cada vez, minha mão aprendia a segurar sem prender e soltar no tempo oportuno às passadas. Sabemos que para começar a andar o corpo precisa aventurar-se em aprendizagens motoras, transformando ossos e músculos em novos movimentos. É uma coragem do corpo.

Era verão e descalço você ficava em contato com os resíduos de cidade trazidos em nossos pés. A ausência de sapatos deixava o granular do mundo tocar sua pele. Andar descalço é importante! O antigo chão de madeira - parquet - era uma verdadeira obra de arte. Em um jogo entre os retângulos claros e escuros formavam desenhos de outro tempo. Hoje, a maior parte dos pisos são de um material plástico, cor de madeira, fácil de limpar e menos vulneráveis aos arranhões provocados pelo arrastar de móveis e sapatos. Hoje, a maior parte de tudo é feito de plástico.

Caminhar é também experimentar a distância. Não apenas a medida de uma distância, senão que a possibilidade de criar distanciamentos. Um espaço criava-se em mim enquanto você tomava distância. Uma distância que nos relaciona.

Andar implica em poder lançar-se em uma entrega cuja matéria é a confiança. Sustentar-se em seus pés mas também na ausente mão que a pouco lhe segurava. "Sentimos que podemos nos lançar no mundo porque dispomos de um plano comum que habitamos." (SADE; FERRAZ; ROCHA; 2013, p.287). Nenhuma explicação é necessária para aprender a caminhar. Aprender a caminhar desafia a pedagogia explicadora do mundo.

Quando aprendeste a caminhar, não queria mais dormir ou comer. Caminhava eufórico sem parar. Esta aprendizagem

estava longe de ser apenas um marco em seu eficiente desenvolvimento motor. Os passos compunham com inúmeros tombos e tropeços uma alegria. Alegria da rua. Podia agora correr até a porta de casa indicando sua vontade de sair ao encontro daquele mundo imprevisível. Levei um tempo até perceber que seu enorme desconforto ao ser colocado no carrinho precisava ganhar sentido diferente da "manha" como diz a maioria. O carrinho produzia um percurso demasiado linear até a praça. E para você, um ser do presente, a praça não existiria até que lá chegássemos.

Foi então que começamos a passear sem destino estabelecido naquilo que apelidei carinhosamente de "percurso infinito". Vamos na contramão. A caminhada tem se tornado um esporte de mercado. Caminhantes bem equipados medem o tempo, calculam as distâncias, almejam resultados melhores. Multiplicam-se os sapatos mais apropriados, as meias de tecidos revolucionários, as mochilas anatômicas. Nosso caminhar não está preocupado com medidas ou chegadas. É distraído pelas pedrinhas da calçada, pelo cachorro sem rabo, pelo tapete de plátano do outono.

As poças d'água que fazem saltar pra fora o caminhar, para você fazem mergulhar. Encontra nelas a sua anarquia. A cidade da chuva não respeita limites, faz ruir demarcações, tornando inconveniente o salto-alto. A cidade da chuva é desordeira. A água que borra desenhos e faz das letras sérias e bem distanciadas grandes manchas incompreensíveis. Ela embaralha destinos e refresca cabeça quente. Com que paixão e loucura você pula lá dentro sorrindo largo ao acompanhar respingos desgovernados banhando o asfalto impenetrável.

O chão das crianças é o da ilimitada curiosidade, da bisbilhotice, da expedição exploratória. Nunca está firmemente assentado num lugar. Não é chão para se

medir em passadas nem para se calcular a velocidade de um deslocamento. É um chão de farras, de ambulação, de perquirição. Chão de piruetas, de extravagâncias, onde se investigam e inventam formas de caminhar, modos de viver (PRECIOSA, 2010, p. 87).

Naquele dia o sol gostava de aparecer e desaparecer. Quando sumia a cidade era mais cinza que nunca. Reaparecia nesga aquecendo por instantes nosso zigue-zague matinal. Meninhas brincavam no pátio do prédio protegidas pelas grades de segurança. Passávamos ao lado de fora. Você segurando um galho de árvore na mão. A presença da brincadeira convida e esticando o braço entre as barras de ferro, seu galhinho adentra o pátio. Instante alargado. Achegam-se as meninas atraídas. Colhem flores do chão. Cria-se um entre. Flores, mãos, galho, olhares, grade. Zombando do dispositivo de segurança a segregação tornava-se oportunidade de encontro. As mãos estendidas em um sim que roubava a insígnia do outro próximo perigoso.



Oficinar conjuga olhar

Na sala de dança iniciamos deitados no chão de olhos fechados. Um longo espreguiçar quando aproveitamos para levar a atenção para o corpo. Pesar e aterrar. A voz dasicineiras vai direcionando a percepção para a pele convidando os participantes a percorrer as sutilezas do contato com o chão e com o ar em cada parte do corpo. Dar atenção às imagens cegas (imagens que se constroem quando estamos de olhos fechados) e perceber como reverberam na pele, na respiração, nas mãos. Abrir os olhos lentamente e deixar as imagens iluminadas caírem na retina. Entre a indiferença passiva que cancela o mundo e a avidez veloz que nos converte em espectadores - consumidores exercitamos a disponibilidade. Disponibilizar a visão para encontrar e se deixar afectar pelas imagens que caem na retina arrepiando a pele, arrancando suspiros e lágrimas, invocando o grito. Uma sequência de estímulos buscava desnaturalizar a experiência de ver. Alargar o campo visual sem mover o corpo e em seguida mover-se lentamente. Demorar-se nessa experimentação. Abrir e fechar o olho. Dar atenção às modificações sensoriais nesta passagem. Produzir conexões da visão com os movimentos respiratórios e com os micro movimentos que podemos perceber no corpo.

Com os olhos abertos seguimos para a segunda parte do exercício. Caminhando pela sala, o percurso era interrompido assim que um encontro acontecia. Em pausa, os olhos passam a olhar nos olhos. Um tempo destinado a ver e ser visto. Distrair-se no desenho da retina, desviar, ficar incomodado, sentir-se analisado, sorrir com vergonha, ruborizar e em especial, sustentar com o outro uma relação visual apesar e com todas as sensações que se passam. Mas é também uma oportunidade para entregar-se ao olhar subtraído da vontade de ver e contraído pelo *estar com*. Bem como uma troca de olhares apaixonados que nos abraça fazendo o corpo todo vibrar. Um olhar apaixonado está entregue ao presente da experiência, não busca nenhum objetivo exterior, para além daquilo mesmo que se passa. Sua partida e seu destino são o próprio encontro.

O que está em jogo nas experimentações sensoriais?

Poderíamos dizer que os exercícios sensoriais buscam a experimentação de visualidades no sentido de alargar as possibilidades do olhar, através das modificações de posições do corpo, dos contrastes entre fechar e abrir o olho, por exemplo. Mas dizer que os efeitos das práticas sensoriais estão vinculados apenas a diversificação do campo de visão, variando ângulos e perspectivas não é suficiente. É preciso deixar “os

olhos caírem no corpo” (GARCÉS, 2011) para que a visão nos disponibilize a ser movidos pelo olhar do mundo. Ver mais e de distintas posições obedecendo ao regime visual que converte os olhos em capturadores de imagens destinados a reconhecer formas apenas multiplica pontos de vista, mas não altera o modo de ver. Nesse sentido, ativar o olhar estrangeiro passa por tornar estrangeiro o regime visual que nos distancia do mundo como relação e nos aproxima do mundo como imagem totalizada.

Lygia Clark e o olhar cego

Através do Caminhando perco a autoria, incorporo o ato como conceito de existência. Dissolvo-me no coletivo, perco minha imagem, meu pai e todos passam a ser o mesmo para mim [...] Perplexa sinto a multidão nos metrô, na cadência dos passos somados, no cruzamento de corpos que quase se tocam mas que se afastam, cada um tomando rumos secretos de existência privada (Clark, 2012, p. 352).

O trabalho de Lygia Clark vai na direção do olhar cego, pois é com ele que podemos participar das coisas do mundo ou, nas palavras de Merleau Ponty, atravessar a carne do mundo, diz Hubert Godard em entrevista a Suely Rolnik. (2011) Relacionando o trabalho de Lygia Clark com suas pesquisas sobre o olhar, Godard apresenta, na mesma entrevista, duas modalidades da experiência visual: o “olhar cego” e o olhar objetivador. O primeiro – localizado na região sub-cortical – opera a percepção da presença do outro mas sem reconhecer formas ou cores. É um olhar não relacionado a história do sujeito, a interpretação ou a confrontação temporal entre passado e presente. Esta modalidade visual pode ser observada e pesquisada a partir de um estranho comportamento apresentado em pessoas que devido a acidentes perderam a visão objetiva. Ao serem confrontadas com uma cadeira, por exemplo, e perguntadas o que estava na sua frente, elas não poderiam responder, no entanto, ao caminhar, desviavam da mesma cadeira sem dificuldade. Ou seja, o olhar cego não devolve a presença como imagem mas não deixa de inscrever-la na experiência perceptiva.

O olhar objetivador, bem conhecido por nós, é aquele que nos oferta as imagens com suas formas e que nos permite reconhecer o mundo e nomeá-lo. Segundo o pesquisador vivemos uma “neurose do olhar” definida como a repetição incansável de um mesmo modo de ver. Para Rolnik, essa repetição é fruto de uma hipertrofia do olhar objetivador que amortecendo o olhar cego cristaliza nosso regime visual. Apesar das duas modalidades cumprirem diferentes funções, ambas operam entrelaçadas constituindo, conforme sua relação, distintas experiências visuais. Para que o olhar

modifique-se, libertando-se das repetitivas objetivações é preciso ativá-lo em sua modalidade cega, capaz de desestabilizar, instaurar uma crise no reconhecimento que opera o olhar objetivador. As palavras de Lygia Clark explicitam essa crise:

Formulo grandes “máscaras-órgãos” com plásticos, sacos de cebolas com pedras. Quando se coloca essas máscaras, se percebe um grande espaço abismal e o tocá-las ainda é o reconhecimento do corpo. Perdi minha identidade, estou diluída no coletivo. Vejo-me através de todas as pessoas independentemente de sexo, de idade. Tento reconstruir a arquitetura da minha cara me apropriando das fisionomias que vejo. “Eu sou o outro” (CLARK, 2012, p. 353).

Esta dupla modalidade de conexão com o mundo através do olhar estende-se analogamente para nossos outros sentidos. Podemos experimentar o tato ou o ouvido cegos, nos diz Godard. Nos termos de Rolnik (2004), a dimensão cega dos sentidos equivale a microsensorialidade, potência do corpo vibrátil, enquanto a objetivadora, é potência do corpo sensível e constitui a macrosensorialidade.

[...] se a percepção do outro operada pelos sentidos traz sua existência formal à subjetividade, a existência que se traduz em representações visuais, auditivas, etc...já a sensação que se opera no corpo vibrátil traz para a subjetividade a presença viva do outro, presença passível de expressão, mas não de representação (ROLNIK, 2004,p. 232).

Se as modalidades cega e objetivante, microsensorialidade e macrosensorialidade, como se queira chamar, configuram exercícios distintos de conexão com o mundo é na ativação da relação entre elas que tanto Rolnik como Godard (2011) apresentam a possibilidade de criar, ou seja, desfazer a “neurose da percepção”.

A visão e o sensível: uma política perceptiva

Como estas experimentações visuais nos permitem estranhar nosso regime visual, em que segundo a filósofa espanhola Marina Garcés (2011) a visão vem sendo apartada de seu caráter sensível? Como podemos entender essa “neurose da percepção” a partir de uma configuração sócio-histórica da produção de nossos sentidos? Que modos de vida são conformados nesta política visual?

Para percorrer este caminho acompanharemos a autora que nos propõem deixar que os olhos caiam de novo no corpo a fim de liberar a visão no lugar de renunciá-la ou simplesmente reorientá-la. “Não queremos arrancar nossos olhos para ver melhor, mas ao contrário: conquistar nossos olhos para que a Medusa na qual o mundo se converteu, atualmente, não nos deixe petrificados” (GARCÉS, 2011 p. 05). Examinaremos então a

aposta compartilhada de pensar e propor exercícios a fim de reconquistar um olhar disponível a ser tocado, movido pelo mundo no lugar de operar um distanciamento que vem nos convertendo em espectadores isolados.

Dizemos que compartilhamos uma aposta, uma vez que, frente a captura do domínio da visão que trataremos de explicitar há pelo menos duas atitudes possíveis. A primeira seria seguir denunciando a visão, culpabilizá-la pelo olhar desencarnado que domina o mundo com seus efeitos sociais e políticos. Associados a essa atitude estariam propostas nos campos principalmente das artes e da filosofia que invocam outros sentidos, especialmente o tato como via para a proximidade e a relação enquanto a visão, com seu poder distanciador e totalizador deve ser banida. A segunda, que aqui nos afiliamos, interroga as condições histórico políticas que operam a captura da visão a fim de pensar e experimentar práticas visuais no sentido de escapar por dentro, ou seja, reconciliar a visão com seu caráter corpóreo, situado e sensível.

Os desafios que o domínio da visão atualmente vem nos convocando a enfrentar parecem não estar ao lado da multiplicação de pontos de vista tampouco na multiplicação das imagens. Nossa vida tem visto bastante, imagens para todo o lado. Mas se não carecemos da falta de imagens também não é meramente o excesso delas que configura nosso problema. Conforme já dissemos não pactuamos da idéia de que precisamos fechar os olhos para ver melhor. Segundo Garcés (2011) mais do que o excesso imagético precisamos problematizar a posição de “espectadores estrábicos” que viemos ocupando. Estrabismo configurado por duas operações que engendram a atual forma de ver. De um lado o mundo convertido em imagem totalizada, óbvia e inquestionável e de outro a privatização da visão “na qual cada um de nós é autor e público de sua própria imagem, de sua própria marca.” (p.06)

Hoje, instrumentos técnicos científicos de visualização possibilitam olhar desde o mais ínfimo até os planetas mais distantes. Microscópios e fotos de satélite fazem-nos acessar a “verdadeira realidade” cada vez mais perto e ao mesmo tempo cada vez mais distante de nosso olho comum. O mundo como imagem totalizada está tanto nas revistas exibidas nas bancas de jornais como nos mais refinados laboratórios técnico científicos. O mundo está aí, inteiramente visível e nada mais resta escondido ou para ser imaginado. Nesta política de relação com o invisível o mundo configura-se como imagem dada, pronta, restando-nos acatá-la. “O mundo como imagem sintetiza essa verdade. Por isso o mundo deixa de ser aquilo que há entre nós aquilo que fazemos e transformamos coletivamente para se converter em algo que se nos oferece apenas

para ser olhado e acatado.” (GARCÉS, 2011, p.08) É nesse sentido que entendemos nossa posição como espectadores do mundo - imagem.

Na outra ponta do estrabismo localiza-se o isolamento como efeito de um regime visual privatizado. Ou seja, tudo está a vista, porém os olhares não se encontram. Tanto a vida pública como privada está a nossa frente, disposta para ser minuciosamente exibida e observada, contudo mais e mais nos isolamos em uma espécie de casulo multiconectado. São inúmeros os exemplos, mas para ficar com os mais óbvios, basta citar os “Reality Shows” e o “Face Book”.

Porém, longe de fortalecer nossas capacidades de intercâmbio, essa maré de estímulos precisa de consumo individualizado que, às vezes, fragmenta a realidade e isola o espectador-consumidor que se relaciona com ela. Em nossas sociedades contemporâneas, mais relações não comportam menos isolamento (GARCÉS, 2011 p. 09).

Para que possamos interrogar esta posição de espectadores estrábicos, desencarnados e isolados seguimos com Garcés (2011) que nos convida a examinar uma dupla captura do domínio da visão operada pela metafísica da presença e pelo regime pós - industrial da atenção. Será através então desta dupla captura que poderemos situar como a visão vai sendo apartada de seu caráter sensível bem como pensar nos exercícios sensoriais como possíveis ativadores de uma experiência visual sensível e coletiva.

Por metafísica da presença entenderemos a herança incorporada em nosso olhar do conflito filosófico entre a visão enganadora da carne e a visão clara e objetiva da mente. Platão e Descartes, principais personagens que se dedicaram a buscar uma visão livre das ambiguidades e incertezas advindas dos olhos da carne, atribuem nossa verdadeira capacidade de ver a mente. Mas os olhos da mente libertos dos inconvenientes da carne esqueceram a lição de Ícaro:

O sol não só ilumina, mas que, de maneira inseparável, aquece. A luz do sol não só ilumina formas. Com seu calor acende o mundo, toca os corpos de todos seres vivos, dos quais pode ser fonte de vida ou ameaça de destruição. O filósofo platônico, em sua ascensão em direção ao sol, voltaria com os olhos danificados pela intensidade da luz, mas Platão não nos diz nada sobre o calor, o suor, as queimaduras de sua pele. O espectador da verdade não tem corpo (GARCÉS, 2011 p. 13).

As consequências desta visão sem corpo, desencarnada, podem ser pensadas tanto na produção de conhecimento como nos modos de vida que o conhecimento engendra. A visão desencarnada, não é somente um modo de relação com a verdade

circunscrita a filosofia ou a ciência, mas, atualmente impõem-se como regime visual em nossa vida cotidiana.

À visão desencarnada adiciona-se a focalização como política da atenção forjada em uma realidade que já perdeu qualquer garantia de unidade. Saberes fragmentados, múltiplas perspectivas, impossibilidade de verdades totalizantes e universais impõem-se no mundo moderno. O produtivismo rege uma realidade que não pode mais ser contemplada pelos olhos do espírito dos homens antigos. Para nossos olhos é exigida a atenção sempre alerta e variável em múltiplos focos. Lentes bifocais multiplicam-se, aos pares, encarnando-se em nosso olho.

É o isolamento que encontramos como efeito desta segunda captura que encerra a visão na operação de focalização gerindo uma política atencional individualizante. “O sujeito atento cancela o contexto: o tempo histórico e as relações nas quais está inscrito. Não tem, portanto, nenhuma percepção de um mundo comum” (GARCÉS, 2011, p. 17). Eficiente prática de controle, a focalização da atenção vem produzindo vidas confinadas e excessivamente informadas. Se podemos dizer que a visão tem sido o sentido privilegiado de relação com o mundo é no privilégio do modo de ver focalizado que encontra-se a cristalização de uma certa qualidade atencional moldando um modo de vida isolado. Ou seja, é preciso recolocar o problema do domínio da visão em termos das políticas da atenção que o atual modelo oculacentrista vem produzindo.

No lugar de uma verdade transcendente ou dos olhos panópticos, o controle se exerce hoje, especialmente através da gestão da atenção como pode atestar a proliferação de diagnósticos de distúrbios e consequente medicalização dos considerados desatentos, hiperativos ou com pouca capacidade de concentração. Se os diagnósticos, controlam, na medida em que individualizam os problemas de atenção, é na avalanche de imagens e informações a que somos confrontados a todo momento que podemos localizar a perversidade de um modo de controlar que convoca a mudança de foco em fluxo contínuo e ao mesmo tempo exige concentração. E, sendo assim, não podemos nos contentar com a denúncia do domínio da visão, senão que, precisamos problematizar a individualização e privatização da experiência perceptiva em que a visão, pode-se dizer, é o carro chefe.



Preparar-se para vulnerabilidade

“O primeiro dia é aquele frio na barriga. A longa e intensa preparação para começar. Sim, já havia começado em nossos corpos. O início é sempre alhures.

A preparação contou com a escolha dos temas, dos textos, da metodologia dos encontros e também contou com conversas que interrompiam o planejamento mais objetivo. Essas conversas colocavam em análise nosso modo de estar no grupo, a importância de uma qualidade de presença que não podia ser traduzida nos conteúdos a serem trabalhados, embora não fosse dissociada disto. Um exercício de estar juntas e pactuar nossa atenção aos processos do grupo. Isto quer dizer que aquilo que havíamos preparado para trabalhar precisava guardar vulnerabilidade. Estar vulnerável ao presente.” (registro em caderneta de anotações)

As questões que dizem respeito a preparação não buscam encontrar respostas que nos levem a linearizar o tempo e moralizar a experiência. Através desta questão queremos nos ocupar do paradoxo apresentado no registro: planejar aquilo que precisa guardar vulnerabilidade. É no sentido de nos afastar da ideia de que a disposição para acolher o imprevisível como matéria de trabalho significa abrir mão da preparação daquilo que será proposto e de pensar nas apostas que fazemos com nossas proposições.

Para que nosso plano guarde vulnerabilidade, possa desviar-se dos passos planejados a medida que está em ação é preciso pactuar um modo de relação com ele que permita o desvio. Não interessa que a atitude de preparar encontros sufoque o “vir a ser”. Oficinar guarda a “incerteza feliz”, o caráter experimental e arriscado da prática. (DESPRET, 2011, p. 01)

No pós-fácio de “O Camponês de Paris” Jeanne Marie Gagnebin apresenta a errância como modo de pensar e de conhecer uma cidade. No lugar do recolhimento à reflexão interiorizada de um eu em busca da certeza de uma verdade, pensar passa a ser experiência de estranhar verdades. Aproveitando o erro como porta que se abre e não como evidência que nos leva a fechar uma janela. Jeanne Marie nos convida a passar pela porta, experimentar a errância e assim constituir percursos pensantes. O pensamento não se faz mais fechando janelas para proteger-nos da dimensão imprevisível da vida. Vida que está sempre em desacordo com a imagem de pensamento proposta pelo *cogito* cartesiano: linear e racional.

Quando fundada em uma possibilidade de verdade totalizadora, a atitude de pensar precisa se fazer no afastamento do que na vida insiste em errar. “No quarto fechado, o eu cartesiano se recolhia na interioridade da dúvida radical e da auto-reflexão para escapar ao engano. O eu do *Camponês de Paris* deambula nas passagens pouco

iluminadas e se desfaz nas semelhanças entre as certezas do erro e as erranças da certeza.” (Gagnebin, 1996, p. 242)

Vemos que Gagnebin e Aragon não estão apenas propondo uma nova imagem do pensamento que poderia substituir o desenho linear do *cogito* Cartesiano. O erro não está em oposição ao acerto. Passar pela porta diferencia-se de fechar a janela não apenas como imagem metafórica do pensamento. A radicalidade do que Gagnebin nos apresenta é a impossibilidade de uma imagem do pensamento que não seja relativa a uma atitude: fechar a janela ou passar pela porta? Desviar do corpo que nos impede de seguir, ignorando sua presença desestabilizadora ou tomá-lo como encontro fundante da atitude de pesquisar enquanto gesto desviante do eu? Imagem e atitude encontram-se aqui. Nenhuma imagem proclama-se mais verdadeira que outra, embora a atitude que as possibilita seja bastante distinta bem como seus efeitos na pesquisa-andante e no pesquisador-caminhante.

O eu do *cogito* cartesiano pensa para sustentar-se, o erro está fora de seu eu racional que coincide com a verdade lançada sobre o mundo errático. O eu-pensante cartesiano funda-se junto a atitude de separar-se do mundo. Fechar a janela é a atitude que garante ao eu cartesiano uma imagem do pensamento que se pretende livre do seu próprio gesto enquanto produtor desta imagem. A imagem do pensamento cartesiano é a forma que advém de uma imagem quando subtraída do gesto que está a desenhá-lá.

Diferente de uma nova forma para o pensamento, é o pensamento como forma que se desfaz, dando lugar ao pensamento como gesto errante. O eu do “Camponês de Paris” desfaz-se na errância do pensamento, enquanto o eu cartesiano pensa para evitar o erro.

Somente a experiência do errar, em todos os seus sentidos, nos faz apalpar, como que pelo avesso, a experiência de uma verdade que não seria, primeiramente, a coerência de nosso pensamento, mas sim o movimento mesmo de sua produção: hesitante, avançando ‘aos solavancos e aos pedaços’ (Adorno), abrupto, atravessado por ritmos diversos. Errar é simultaneamente, perda das referências conhecidas e aprendizagem do desconhecido, apavorante e apaixonante (Gagnebin, 1996, p. 245).

Neste sentido, tomamos oficiar como gesto errante que se conjuga no paradoxo de preparar-se para estar vulnerável. Podemos assim, brincar um pouco com oficiar e fazê-lo conjugar-se em ofi-sinar. Da sina que se faz percurso tortuoso. Do ofi, que se faz ofídeo, quando a pesquisadora devém cobra, rastejando em uma ascese do desvio em oposição à rapidez da linha reta.

Afirmar a vulnerabilidade como ethos exige atenção e tomada de posição. Embora esta tomada de posição configure-se como disponibilidade para acolher o acaso, marcada pelo risco, não estamos no reino da indiferença, do vale tudo ou do qualquer um. Neste sentido falamos de um preparar-se, de um exercício constante não para ser fiel àquilo que planejamos, mas para que nossos planejamentos estejam distraídos o suficiente para deixarem-se interromper pelo acaso.

O acaso não é, portanto, a irrupção estatística de coincidências, um conceito, digamos, trivial de acaso. Na obra de Proust, o acaso é algo muito maior, ele é aquilo que não depende de nossa vontade ou de nossa inteligência, algo que surge e se impõem a nós e nos obriga, nos força a parar, a dar um tempo, a pensar – como faz o gosto da “Madeleine”. Ao mesmo tempo, ele só pode ser percebido se há como um treino, um exercício, uma ascese da disponibilidade, uma “seleção”, umas “provas” que tornam o espírito mais flexível, mais apto a acolhê-lo, esse imprevisto, essa ocasião – Kairos! - que, geralmente, não percebemos, jogamos fora, rechaçamos e recalamos (GAGNEBIN, 2009, p. 153-154).

Como planejamos e preparamos um dispositivo? Como nos preparamos para officinar? De cara, na primeira vista estas questões podem causar estranhamento. Estariam sugerindo que precisamos nos preparar para uma experiência, alcançar algum ponto ideal para dali partir? Poderíamos encontrar um ponto de partida, marcando um início?

Oficinar nasce de um encontro que deseja continuar. Uma amizade e cumplicidade em relação às inquietações que nos movem na vida arrastando-nos ao pesquisar. Compartilhamos o morar, o mestrado na UFF e uma apaixonada curiosidade pelo Rio de Janeiro. Compartilhamos leituras, angústias, conversas cotidianas sobre nossos amores e desamores, o coletivo, o estrangeiro. Testemunhamos pequenas transformações sem tamanho ao longo do curso técnico de bailarino contemporâneo na Angel Vianna²¹. O início do trabalho como oficinairas, já vínhamos officinando em uma política de relação entre nós mesmas²². Exercício de estar com o outro, cuidar e cultivar o encontro. O início é sempre alhures. (registro em caderneta de anotações)

Ainda que possamos, e assim o fazemos, marcar um ponto na extensividade do tempo para marcar uma partida, um começo, as experiências condensam - em intensidade - múltiplas temporalidades. O que reconhecemos racionalmente como

²¹ Com duração de um ano e meio, o curso técnico de bailarino contemporâneo da Faculdade Escola Angel Vianna desenvolve-se a partir de dois eixos principais: conscientização do movimento e expressão corporal. Destina-se a formação de bailarinos profissionais e também aqueles que desejam realizar um percurso de aprendizagem de escuta das sensações e movimentos do corpo. O trabalho tem como foco a possibilidade dos alunos fazerem do corpo matéria expressiva na medida em que exploram o movimento não como modelo a ser reproduzido mas especialmente como força criadora de modos de perceber e estar no mundo.

²² Nós refere-se a amiga e parceira Iazana Guizzo, arquiteta, a época doutoranda da Faculdade de Urbanismo da UFRJ que trabalhou como oficinaira junto a mim no dispositivo “Oficinar”.

iniciado hoje contém estilhaços de ontem e virtualidades do amanhã – uma processualidade invisível agita-se em nossas experiências. Um continuo fazer-se e desfazer-se. Nesse sentido, oficiar não pode ser localizado em um mapa temporal tributário da linearidade do tempo, que do passado leva ao presente, e do presente alcança-se o futuro.

Talvez aqui tenhamos a deixa para encerrar este trabalho em um lugar interessante, no começo. Não exatamente no ponto inicial, mas em uma posição inicial. Habitat vulnerável em território preparado para partir. “Alguém me responda por favor: quando é que uma experiência acaba?” (PRECIOSA, 2010, p.91). Ali onde sempre nascemos pela segunda vez, quando uma vida outra se faz nesta mesma vida.

Referências

- AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *A comunidade que vem*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
- _____. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- _____. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- _____. *Infância e História: Destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ANDRADE, C.D. *A Rosa do Povo*. Rio de Janeiro: Record, 21ª edição, 2000.
- BAPTISTA, L.A. *O cientista e o pastor entre bétulas e amoladores de facas: genocídios da diferença*. In: *Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias*. XIMENDES, A. M. C., REIS, C. e OLIVEIRA, R.W (orgs). Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do RS, 2013.
- BARTHES, R. *Sade, Fourier, Loyola*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- _____. *O prazer do texto*. Lisboa: Edições 70, 1973.
- BIVAR, A. *A trapezista do circo*. Disponível em http://pensador.uol.com.br/autor/antonio_bivar/. Acesso em 13 de março de 2015.
- BLANCHOT, M. *A Conversa Infinita-1. A palavra Plural*. São Paulo: Escuta, 2010.
- _____. *A parte do fogo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas Volume I. Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre literatura e história e cultura*. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas Volume II - Rua de Mão Única*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- _____. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. 2ª edição. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009.
- CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer*. 12ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHAUVENET, A.; DESPRET, V.; LEMAIRE, J. M. *Clinique de la reconstruction: une expérience avec des réfugiés en ex-Yougoslavie*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- CLARK, L. *Da supressão do objeto (anotações)*. In: *Escritos de Artistas*. FERREIRA, G. e COTRIM, C. (orgs). Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DESPRET, V. *The body we care for: figures of anthropo-zoo-genesis*. In *Body & Society*, vol. 10 (2-3). Londres: 2004, SAGE. p. 111-134. [utilizada tradução avulsa por Maria Carolina Barbalho, revisão de Ronald João Jacques Arendt [páginas referidas conforme original].

_____. *Os dispositivos experimentais*. *Fractal: Revista de Psicologia*, vol.23, n.1, p.43-58, Jan./Abr.2011.

DESPRET, V. *Leitura etnopsicológica do segredo*. *Fractal: Revista de Psicologia*, vol.23, n.1, p.05- 28, Jan./Abr.2011.

_____. *Experimentar a disseminação. II Ciclo de Intercâmbio Internacional: Diálogos sobre Conhecimento Ética e Pesquisa com Vinciane Despret*, 2011.

_____. *Diálogos com Vinciane Despret em São João Del Rei*. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, vol. 6, n.2, p. 09-17, Ago/Dez. 2011.

DIDI-HUBERMAN, G. *Sobrevivência dos Vaga-Lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. *Cascas*. *Revista Serrote*, n.13. Rio de Janeiro, 2013.

FARINA, J. T.; FONSECA, T. M. G. *Fantasma do futuro: a clínica do virtual*. In: *Estudos e Pesquisas em Psicologia (Online)*, v. 10, p. 1-16, 2010.

FAVRET-SAADA, J. *Ser afetado*. Trad. SIQUEIRA, P. *Revista Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

FOUCAULT, M. *O Nascimento da Clínica*. Trad. MACHADO, R. *Rio de Janeiro: Forense-Universitária*, 1987.

_____. *O Corpo Utópico, As Heterotopias*. São Paulo: n-1 edições, 2013.

_____. *Ditos e Escritos III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2001.

GAGNEBIN, J. M. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. *Lembrar escrever esquecer*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006.

_____. *Posfácio: Uma Topografia espiritual*. In: ARAGON, Louis. *O Camponês de Paris*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Apresentação do livro *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. AGAMBEN, G. São Paulo: Boitempo, 2008.

GARCÉS, M. *Visão Periférica: olhos para um mundo comum*. Trad. Boca do Manguê. *Coleção Maruim*, n.01, Abr. 2011.

GIACÓIA, O. J.. *Notas Sobre A Noção De Uma Ética Não Fascista* In: *Cadernos de Subjetividade*. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de

Estudos Pós Graduação em Psicologia Clínica da PUC- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v.1,n.1, 1993.

_____. *Sobre direitos humanos na era da bio-política*. Kriterion. Belo Horizonte vol.49 n. 118, p. 267 – 308, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2008000200002. Acesso em 03 jan. 2015.

GUIZZO, I.; KNIJNIK, C. *Oficinar ao habitar*. Revista ReDobra, n. 10, p. 101-109, 2012. Disponível em http://www.corpocidade.dan.ufba.br/redobra/ano3/wp-content/uploads/Redobra_10_14.pdf. Acesso em 10 outubro 2012.

GULLAR, F; PEREGRINO, J. *Clarice Lispector: a hora da estrela*. Catálogo de Exposição. Rio de Janeiro, 2008.

HARA, T. *Os descaminhos da nau foucaultiana: O pensamento e a experimentação*. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (orgs). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

HARAWAY, D. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. In *Cadernos Pagu* (5), p.07-41,1995. <http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/pagu05.02>. Acesso em 16 novembro de 2012.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. In: Revista Fractal, v.25, n.2, p.263-280, Maio/Ago 2013. Disponível em <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/1109>. Acesso em 03 de setembro de 2014.

LANZMANN, C. *Hier ist kein Warun*. Rio de janeiro: Instituto Moreira Salles, 2011.

_____. *SHOAH*. Rio de janeiro: Instituto Moreira Salles, 2011.

LAPOUJADE, D. *William James: empirisme et pragmatisme*. Paris: Lês empêcheurs de penser en rond, 1997.

LATOUR, B. *Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência*. In NUNES, J. A ; ROQUE, R (orgs.). *Objetos impuros: experiências em estudos sobre a ciência*. Porto: Afrontamento, 2007.

LARROSA, J. *Pedagogia Profana. Danças, piruetas e mascaradas*. Trad. VEIGA-NETO, A. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. *Operação Ensaio*. In: Revista Educação e Realidade, n. 29, v. 1, p.27-43, jan/jun 2004.

LAW, J. *After method. Mess in social science research*. London: Routledge, 2004.

MARASCHIM, C.; FRANCISCO, D.J.; DIEHL,R. (orgs). *Oficinando em Rede, oficinas, tecnologias e saúde mental*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

Melo Neto, J. C. *Infância*. In: *Iden. O artista Inconfessável*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MIZOGUCHI, D.H. Segmentariedades: passagens do Leme ao Pontal. 2007. Dissertação. (Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense)

MOL, A. *Política ontológica. Algumas ideias e várias questões*. In: NUNES, J.A;

_____. *The body multiple: ontology in medical practice*. USA: Duke University Press, 2002.

NETO, J.F. *A experiência da pesquisa e da orientação: uma análise genealógica*. Fractal: Revista de Psicologia, vol.20, n.2, p. 533-546 Jul./Dez.2008.

PELBART, P.P. *O avesso do niilismo. Cartografias do esgotamento*. São Paulo: n-1 edições, 2013.

PRECIOSA, R. *Rumores Discretos da Subjetividade. Sujeito e Escritura em Processo*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010

RANCIÈRE, J. *O mestre ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autentica, 2002.

RICKES, S.M; MARASCHIM, C. *Oficinando em rede: marcas iniciais de um percurso*. In: TAVARES, G.M. *Breves notas sobre a ciência*. Lisboa: Relógio D' água, 2006.

RODRIGUES, A.C. *Para ficar atento ao que ficou inacabado: das desutilidades dos restos das cidades*. In: BAPTISTA, L.A e FERREIRA, M.S (orgs) *Por que a cidade? Escritos sobre experiência urbana e subjetividade*. Editora da UFF. Niterói, 2012

ROLNIK, S. *Uma terapêutica para tempos desprovidos de poesia*. 2005. <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/terapeutica.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2014.

ROLNIK, S. *"Fale com ele" ou como tratar o corpo vibrátil em coma*. In: FONSECA, Tania Galli e ENGELMAN, Selda (orgs.) *Corpo, Arte e Clínica*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. *Arquivo para uma obra-acontecimento*. São Paulo: SESC, 2011.

SADE, C., FERRAZ, G.C., ROCHA, J.M. C. In: Revista Fractal, v.25, n.2, p.281-298, Maio/Ago 2013. *O Ethos da Confiança na Pesquisa Cartográfica: Experiência Compartilhada e Aumento da Potência de Agir*. Disponível em <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/1111/862>. Acesso em 10 de setembro de 2014.

SAMAIN, E. *As peles da fotografia: fenômeno, memória/arquivo, desejo*. Revista Visualidades. V.10, n.1. p. 151-164, Jan/jun 2012. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/VISUAL/article/viewFile/23089/13635>. Acesso em 10 de outubro de 2014.

SEDLMAYER, S. *À Porta. Noções sobre o Limiar em Giorgio Agamben, editor de Walter Benjamin*. In: OTTE, G., SELDMAYER, S., CORNELSEN, E. (orgs). *Limiares e Passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SELIGMANN-SILVA, M. *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.

STENGERS, I. *A ciência no feminino*. In Revista 34 Letras, n.º 5/6, Rio de Janeiro: set. 1989.

SALLES, W. *Abril Despedaçado*. São Paulo: Imagem Filmes, 2002.

SOBRINHO, D. A. *Um corp'a'screver para a restante vida*. In: OLIVEIRA, W.L.M (org). *um nome de fulgor. Maria Gabriela Llansol (1931-2008)*. Niterói: Editora da UFF, 2012.

TEDESCO. S. H. *Pensando a ética da Clínica das drogas: linguagem, Subjetivação e a Experiência das Drogas*. Tese para o Concurso de Prof. Titular/ Niterói/UFF, 2012. Inédito.

VARELA, J.F; THOMPSON, E.; ROSCH, E. *A Mente Incorporada. Ciências Cognitivas e Experiência Humana*. Trad. HOFMEISTER, M.R.S. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Objetos Fotográficos

Cristiane Knijnik, 2015. *Afectar*. Fotografia. 29,7cm x 21cm.

Cristiane Knijnik, 2015. *Testemunhar*. Fotografia. 29,7cm x 21cm.

Cristiane Knijnik, 2015. *Abrir*. Fotografia. 29,7cm x 21cm.

Cristiane Knijnik, 2015. *Água*. Fotografia. 29,7cm x 21cm.

Cristiane Knijnik, 2015. *Poietizar*. Fotografia – banco de imagens da internet. 29,7cm x 21cm.

Cristiane Knijnik, 2015. *Habitar*. Fotografia. 29,7cm x 21cm.

Cristiane Knijnik, 2015. *Ilha grande*. Fotografia. 29,7cm x 21cm.

Cristiane Knijnik, 2015. *Entre*. Fotografia. 29,7cm x 21cm.